



Anais da Assembléia

N. 129

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

**1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 110.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 1987.**

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Eduardo Baggio, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cherigate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Ferrari Júnior e Gernote Kirinus (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem)-Eu

requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

28 Srs. Deputados responderam a chamada nominal.

Há quórum para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação, atendendo pedido do Sr. Deputado Nilton Barbosa.

(É procedida a verificação de votação)

21 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. - Aprovada a ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei n. 267/87, que objetiva alterar os dispositivos da Lei n. 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n. 150/87.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Apoiamento: Nelson Vasconcellos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência para Discussão e Votação do Projeto de Lei n. 97/85.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER a retirada, da Ordem do Dia de hoje, da Primeira Discussão do Projeto de Lei n. 150/87, de autoria dos Deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, pelo período de 15 (quinze) dias.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para dia 30 de novembro de 1987, às 17:00 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Paranaense ao Excelentíssimo Sr. TEOBALDO VITÓRIO MACHADO.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Há quase um mês se estabeleceu um conflito pela posse da terra nos Municípios de Cantagalo e Teixeira Soares. No primeiro, aproximadamente 700 famílias e, no segundo, em torno de 100 famílias de agricultores paranaenses despossuídos adentraram em duas áreas de terras ociosas com o ânimo de nelas permanecer e trabalhar para que possam sobreviver.

Como é freqüente e costumeiro nestas ocasiões, de várias partes surgem pressões e ameaças. E, nos casos específicos, grande é o número de pessoas e até autoridades locais se manifestando contra a atitude destas milhares de pessoas que, motivadas pelo desespero diante da insuportável situação de miséria em que se encontravam, resolveram agir de forma extremada.

Na última semana, antes mesmo da Justiça decidir sobre o caso, um contingente de 50 policiais militares foi deslocado até o município de Santa Galo, onde permanecem bloqueando as vias de acesso ao local onde se encontram as famílias, promovendo revistas e intimidando os transeuntes, sem motivo justificado.

Qualquer ação contra as 800 famílias poderá ocasionar conseqüências imprevisíveis, dado que elas não dispõem de alternativas para onde se deslocar e, principalmente pelo ânimo e o desejo intransigente de terem onde morar e trabalhar para que possam sobreviver.

Diante da iminência de um conflito indesejável, os Deputados abaixo subscritos, REQUEREM, após a manifestação do Plenário, a formação de uma comissão composta por 05 (cinco) Parlamentares de diferentes agremiações partidárias, para se dirigirem até as referidas áreas a fim de tomar conhecimento da real situação e promoverem as me-

didias cabíveis no sentido de encontrar as melhores soluções para o caso, evitando conseqüências indesejáveis para os paranaenses envolvidos diretamente, bem como para o conjunto da população.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(aa) PAULINO JOSÉ DELAZERI,

DAVID CHERIEGATE, PEDRO TONELLI,

NEREU CARLOS MASSIGNAN e VERA AGIBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Sr. Renê Gomes Nápoli, ocorrido em data de 03 de novembro em curso.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o Sr. Renê era casado com Dona Alayde Dias Nápoli e deixa 4 filhos: Vera Maria, Renê, Eliana Mara e Márcio Antônio, bem como netos.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a sociedade local e curitibana, onde o falecido possuía muitos amigos e onde gozava do maior conceito, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional, pois que, dedicando-se a atividade empresarial, mais especificamente como acionista fundador da IBEMA - Indústria Brasileira de Madeiras SA., prestou significativa contribuição ao engrandecimento de nosso Estado.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Dr. Faivre, n. 18 - Alto da Glória, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Dietzsch, ocorrido nesta Capital.

Tal passamento vem consternar a sociedade face aos dotes morais do extinto.

REQUER, outrossim que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à rua Lamenha Lins n. 2587.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inscrição nos Anais desta sessão e comunicada a fa-

mília enlutada, voto de pesar pelo falecimento do Vereador Avelino Antunes Correia, ocorrido dia 08 de novembro próximo passado, em Dois Vizinhos - PR.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Avelino Antunes Correia, nasceu no dia 10 de outubro de 1911 em Vacaria - RS., transferindo-se para o Paraná em 1958, residindo desde então em Dois Vizinhos, onde gozava de grande respeito e admiração por sua honradez pessoal e pela sua destacada atividade política.

Casado com Dona Andradina Correia, teve 6 filhos, sendo 2 adotivos. O que demonstra seu caráter solidário e espírito humanitário.

Integrante do antigo PTB, em 1966 fundou o MDB e em 1979 o PMDB, o que denota suas firmes convicções políticas, pois manteve ao longo de sua vida o mesmo ideal. O que, num momento em que as convicções políticas variam de acordo com as conveniências do momento, é um raro exemplo de coerência e dignidade.

Residente na localidade de Chopin II, dedicando-se com zelo e abnegação às atividades comunitárias, sendo por isto, representante de Chopin II junto à Câmara Municipal.

Solicitamos que o voto de pesar seja encaminhado à viúva, Dona Andradina Correia, aos cuidados da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, dando-se a esta ciência do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pelo transcurso no dia 6 de novembro, aos 190 anos de emancipação política do Município de Antonina.

Fundada a 6 de novembro de 1797, Antonina é um dos municípios mais antigos do Paraná, constituindo-se hoje num dos pontos de maior atração política do Estado.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Joubert Gonzaga Vieira, Prefeito Municipal e ao Sr. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia Le-

gislativa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações pelo transcurso, neste data, do 26º aniversário da emancipação político-administrativa de Quatro Barras.

Criada a 25 de janeiro de 1961, Quatro Barras teve a instalação oficial no dia 9 de novembro de 1961. Maior produtor de pedras do Estado, Quatro Barras experimentalmente, atualmente, o desenvolvimento industrial, facilitado por localizar-se à margem da BR-116, na saída para São Paulo, o que lhe permite oferecer excelentes condições para atração de unidades fabris. Muitas empresas de grande porte ali se localizam. Entre estas uma merece destaque especial, pois se constitui na maior fábrica de explosivos do Brasil e uma das maiores do mundo: a empresa BRITANITE.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Edison Wilmar Repinoski, Prefeito de Quatro Barras, ao Vereador Presidente da Câmara Municipal e ao Dr. Francisco Calle, Diretor Presidente da BRITANITE.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, voto e congratulações ao Jornal "Gazeta Mercantil", na pessoa do seu Diretor Regional, Jornalista Cláudio Lacchini, pelo recebimento do Prêmio "Maria Moors Cabot 87", da Universidade de Columbia, Estados Unidos.

A láurea citada foi outorgada ao Jornal brasileiro por sua posição como um dos melhores de economia e negócios do mundo e por sua continuada contribuição para a consolidação de uma imprensa livre e independente no Brasil. Concordamos inteiramente com o ilustrado juri da Universidade de Columbia, que permitiu ainda três jornalistas colombianos, em caráter "post-mortem", por terem sido martirizados por grupos anti-sociais quando combatiam o império das drogas que ameaça a estabilidade do país-irmão.

Com efeito, a liberdade de imprensa é um dos bastiões da liberdade democrática e como tal, irmã-siamesa da instituição parlamentar como fundamento de um sistema político democrático.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos, na Ata dos trabalhos da sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Ibaiti, desejando, àquele povo trabalhador e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam inseridos, na Ata dos trabalhos da sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Ibiaporã, desejando, àquele povo trabalhar e a seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

REQUER, também, que do presente, se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações pelo 26º Aniversário de emancipação política do Município de Quatro Barras.

Outrossim, REQUER, ainda que, da decisão da Mesa, seja dado ciência ao Prefeito e aos Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção na Ata da Sessão de hoje, voto de louvor, pelo lançamento do Livro "A Igreja

em Guarapuava - Antes e após a criação da Diocese" de autoria da ilustre Professora Gracita Gruber Marcondes, em homenagem ao Jubileu Sacerdotal de Dom Frederico Helm, Bispo Emérito de Guarapuava.

Solicito que da decisão do Plenário, seja dado ciência às seguintes pessoas: Sua Excelência Reverendíssima Dom Frederico Helm, Bispo Emérito de Guarapuava, sito à Rua Silveira Peixoto, 671, CEP 80240 nesta Capital; S. Excelência Reverendíssima Dom Albano Cavalin, Bispo da Diocese de Guarapuava, Rua Mal. Floriano Peixoto, 1.171, em Guarapuava; Ilustríssima Senhora Professora Gracita Gruber Marcondes, Ilustríssimo Senhor Professor Wilson Luiz Carmargo. MD. Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, e equipe colaboradora, no seguinte endereço, Rua Presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, 875, Guarapuava - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento pelos 10 anos de existência da Diocese de Guarapuava, e de homenagear ao mesmo tempo, o seu primeiro Bispo, Dom Frederico Helm, que por duas décadas exerceu o seu pastorado na região.

Nasceu na Áustria em 1911, tornando-se sacerdote em 1937, em Roma. Chegou ao Brasil em 1939 como Missionário, Professor e Diretor de Colégios e Provincial. Em 1966, tomou posse na Diocese de Guarapuava, onde além de Pastor, foi, até 1985, Bispo de Catequese, Bispo Comunicador (Rádio Cultura); Bispo das Vocações, dos Movimentos de Leigos (Casa de Líderes); Bispo Fundador e Emérito da Diocese de Guarapuava.

Paralelamente, Dom Frederico exerceu a Presidência da Comissão Teológica da CNBB do Paraná e foi responsável pela Pastoral dos Índios no Estado do Paraná.

Foi ainda membro da Sociedade de Filósofos Católicos do Brasil e da Sociedade de Filósofos latino-americanos.

Para tanto, a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, através de seu Departamento de Ciências Humanas, assessorado pela Coordenadoria de Pesquisa, apresentou ao Público leitor, a obra intitulada "A Igreja em Guarapuava - Antes e após a criação da Diocese".

A proposta fundamental desse trabalho foi marcar o Jubileu de Ouro da vida sacerdotal de Dom Frederico Helm, Bispo Emérito de Guarapuava, completado em 31 de outubro transato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Fernando Xavier Ferreira, Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando a locação de um circuito LPCD, a 4 fios, para comunicação síncrona até 9.600 BPS, interligando os Centros de Processamentos de Dados do Banco do Brasil S/A de Maringá e Londrina.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de mais duas salas de aula para a Escola Estadual Nilson Batista Ribas - Ensino de 1º Grau, no Município de Marialva, localizada na Vila Messias, que conta atualmente com uma população estudantil, junto com o pré-escolar, de aproximadamente 170 alunos.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a imediata construção de muro e calçada em toda a área que circunda o terreno onde se localiza a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, conforme justificativa em anexo, em xerox do requerimento do nobre Edil Ricardo Antônio Balestra.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando-lhes estudos para a criação de uma Fundação de Amparo à micropropriedade agrícola no Estado do Paraná, com apoio do Ministério da Agricultura, através de convênio, garantindo, para tal fim, verbas especiais no Orçamento

do Estado.

Constata-se que, nos últimos 10 anos, mais de 200 mil pequenas propriedades agrícolas desapareceram no Paraná por falta de recursos financeiros e assistência dos órgãos governamentais, contribuindo, sobremaneira para o êxodo rural, bem como acarretando sérios prejuízos ao Estado e à Nação.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando especial atenção à reivindicação da Direção do Colégio D. Pedro II em Umuarama, para reformas urgentes na casa do zelador, pois a mesma se encontra em precárias condições.

Do aprovado, REQUER, ainda seja comunicada a Direção e o corpo docente do referido estabelecimento. (Rua Paraíba, s/n).

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando sua especial atenção para que sejam enviados esforços no sentido de melhorar as condições físicas e materiais da Escola Estadual Professora Hilda Trautwein Kamal, Ensino de 1º Grau - Umuarama - PR.

Do aprovado, REQUER, ainda, se dê ciência à Direção e ao corpo docente daquele estabelecimento, através do Professor Adgair Vicente Lovato (Av. Ipiranga, 4188).

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

De acordo com as necessidades verificadas "in loco", recentemente, sentimos de perto as dificuldades pelas quais professores e alunos passam no dia-a-dia, na difícil tarefa de ensinar e aprender.

Constatamos que há necessidade urgente de se construir uma cantina e despensa para abrigar os gêneros alimentícios e utensílios da merenda escolar; precisa-se, também, de uma sala para os professores

guardarem seus materiais e poderem preparar suas atividades educacionais; um local próprio para os alunos utilizarem como biblioteca, ou mesmo de sala de reuniões.

As condições de manutenção do prédio do estabelecimento estão realmente péssimas, precisando de pintura e reforma.

A cancha esportiva está em precárias condições, necessitando reforma urgente, não havendo iluminação e nem alambrado.

Outro problema que aflige os pais, alunos e professores de Escola Hilda Kamal, é a falta de calçamento ao redor do estabelecimento, obrigando as crianças a caminharem pela avenida, correndo riscos de atropelamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, Doutor Camilo Calazans, no sentido de que venha a ser criada agência do citado banco no Município de Três Barras do Paraná - Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Três Barras do Paraná, é notadamente agrícola, como a grande maioria dos municípios do interior do Brasil.

Sua população encontra, portanto, no meio rural a sua fonte de sobrevivência.

Devido as grandes dificuldades pelas quais passa o nosso povo, tem o nosso agricultor, como sua única esperança de produção, o crédito rural do Banco do Brasil.

Porém, para os habitantes de Três Barras esta esperança está distante, está em outro município, no caso de Catanduvas, a vários quilômetros.

A falta de uma agência do Banco do Brasil, no município obriga a população a se deslocar, causando além de prejuízos no tocante a transporte, danos em relação a atrasos e demora na obtenção dos recursos.

Na atualidade, Três Barras, pelo número de habitantes e pelo desenvolvimento apresentado, comporta uma agência do Banco do Brasil e para que isso ocorra, apelamos aos bons préstimos da autoridade nominada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, no sentido de que seja perfurado um poço semi-artesiano na Escola

Estadual Arthur Brandino - Seção Paineira no Município de Assaí - PR. incluindo-o no Programa Estadual de Saneamento Rural.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Habitação, Odeni Villaca Mongruel, solicitando providências, com a urgência que o caso requer, para a troca das portas e demais reparos relativos a problemas de construção dos Núcleos Habitacionais Rio Verde, Santa Maria, Bortolo Borsato, Santa Paula e Santa Terezinha, em Ponta Grossa, administrados por aquele órgão (COHAPAR). Assim, se estará fazendo justiça ao atender os reclamos das populações de baixa renda que ali residem.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A questão relativa à moradia tem sido um grande desafio para o Governo Federal e Estadual, principalmente nas cidades de grande e de médio porte, isto em decorrência do êxodo rural, que deu origem à superpopulação nos centros urbanos.

Visando minimizar este problema que diz respeito a milhares de paranaenses, entre eles os pontagrossenses, o Governador Álvaro Dias criou a Secretaria Especial da Habitação, que, como o próprio nome diz, tem sua estrutura voltada especialmente para buscar solução às dificuldades surgidas no setor habitacional.

O mesmo Estado que se encarrega de construir moradias, também deve velar pela conservação das mesmas e esta tem se transformado numa das principais dificuldades daqueles que habitam os Núcleos Habitacionais Rio Verde, Santa Maria, Bortolo Borsato, Santa Paula e Santa Terezinha, em Ponta Grossa, em sua grande maioria constituídas de pessoas desprovidas de recursos, sem a mínima condição de promover, particularmente, os reparos mencionados, medida esta que se faz urgente, sob pena de aumentar ainda mais o desconforto dessas pessoas que integram a classe menos favorecida da população brasileira e paranaense.

Afinal, todo homem tem direito a uma moradia digna de ser humano. Tancredo Neves, imbuído desse espírito, nos legou uma célebre frase:

"Enquanto houver neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda a prosperidade será falsa".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Antônio Augusto de Mesquita Neto, Secretário da Receita Federal, e Luiz C. Bresser Pereira, Ministro de Estado da Fazenda, para que os mesmos tomem conhecimento das reivindicações dos Técnicos do Tesouro Nacional, que são: salário justo, incorporação das vantagens ao salário base (hoje Cz\$ 3.000,00), definição das suas atribuições, valorização da classe, respeito ao Decreto n. 2.225/85, que criou a carreira de ATN.

REQUER, ainda, que seja dada ciência do mesmo ao Sr. Euclides Gonçalves de Moraes, Presidente da Associação dos Técnicos do Tesouro Nacional (Rua Marechal Deodoro, n. 555, térreo) em Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Os Técnicos do Tesouro Nacional, integrantes do corpo de Auditoria do Tesouro Nacional, funcionários da Secretaria da Receita Federal desempenham serviços importantes, desde atividades administrativas até implantação da política fiscal do Governo. A categoria encontra-se em desespero, devido às elevadas perdas salariais advindas da política salarial adotada no País.

Reivindicam, ainda, por uma política tributária, justa e equitativa, que respeite a capacidade contributiva de cada cidadão.

Assim como o restante dos trabalhadores brasileiros, sofrem os Técnicos do Tesouro Nacional com a política econômica hoje aplicada e com a atual crise pela qual passa o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando imediatas providências no sentido de melhorar as condições de segurança no entroncamento das Rodovias BR-376 e PR-463, nas proximidades de Nova Esperança, palco de seguidos e graves acidentes.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

JUSTIFICATIVA:

Uma série de graves acidentes, ocasionando mortes e ferimentos, além de danos materiais de grande monta, vem ocorrendo no entroncamento das Rodovias BR-376 e

PR-463, que fica a apenas um quilômetro da cidade de Nova Esperança.

Segundo dados fornecidos pela 4.^a Companhia de Polícia Rodoviária, somente este ano ocorreram ali acidentes, com um saldo de 2 feridos e 4 mortos. Isto sem contar inúmeras outras ocorrências, de menor gravidade, não levadas ao conhecimento das autoridades.

O movimento de veículos no local é intenso, pois ali cruzam duas importantes rodovias: uma, a BR-376, que liga Maringá a Paranaíba; outra, a PR-463, que une Nova Esperança a Uniflor, Paranaíba, Colorado, seguindo em direção a São Paulo. Além disso, nesta última rodovia, os motoristas, após percorrerem um trecho longo, em acentuado declive, são surpreendidos com o trevo de acesso à BR-376, resultando daí os acidentes.

Impõe-se, pois, a adoção de medidas de maior advertência, tais como o reforço da sinalização vertical e horizontal e a introdução de redutores de velocidade em ambas as estradas, para alertar os motoristas quanto ao perigo. E é nesse sentido que apelamos à Secretaria dos Transportes, pois não é admissível que nenhuma providência seja adotada para acabar de vez com o problema.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná a fim de solicitar providências visando viabilizar a instalação de agência do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ na cidade de Alvorada do Sul.

O presente pedido - se concretizado - trará enormes benefícios aos moradores daquele Município, que possui Cooperativa, comércio, indústria e funcionários públicos que mensalmente têm necessidade de se deslocar para a Cidade de Bela Vista que conta com uma Agência do BANEESTADO.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência Doutor João Carlos Finardi, Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, solicitando a implantação de um Posto Avançado do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vila Alta possui um comércio de grande expressão e uma dinâmica atividade agropecuária que viabiliza os interesses do Banco Bradesco de manter uma agência bancária naquele Distrito, que em razão da política de redução de número de agências daquele Banco, deixou de funcionar há poucos meses, deixando a comunidade local desassistida deste importante serviço. Porém as atividades econômicas desenvolvidas na região comportam plenamente a implantação de um Posto Avançado do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, com capacidade de cumprir seus objetivos de reunir a rentabilidade com sua finalidade social de contribuir para promover o desenvolvimento econômico do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência Dr. João Carlos Finardi, Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando a implantação de um Posto Avançado do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, no Distrito de Herculanãdia, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O dinâmico e próspero comércio existente no Distrito de Herculanãdia e a expressiva atividade agropecuária ali existente, são fatores que determinam a viabilidade econômica da implantação de um Posto Avançado do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, sendo que este virá a prestar grandes serviços à comunidade local servindo para dinamizar ainda mais a economia local, enquadrando-se, portanto, dentro dos objetivos desta conceituada instituição financeira de compatibilizar a rentabilidade com sua finalidade social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Este Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de telex ao Governador do Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor Orestes Quêrcia, solicitando imediatas providências no sentido de liberar imediatamente a instalação e o funcionamento da Usina de Reciclagem de lixo em Inamar, no Município de Diadema-SP, de acordo com o seguinte teor:

"Excelentíssimo Senhor Governador Orestes Quêrcia.

Preocupados, estamos informados sobre a greve de fome iniciada no dia de ontem pelo Prefeito de Diadema, Gilson Menezes.

O motivo desta atitude extrema, motivada pela defesa intransigente dos interesses públicos, é a demora injustificada, por parte da administração estadual, em liberar o término das obras e o posterior funcionamento da Usina de Reciclagem de Lixo em Inamar, no Município de Diadema.

É inegável que a instalação e o funcionamento desta Usina virá beneficiar sobremaneira os habitantes daquela cidade evitando riscos à saúde pública e economizando recursos do povo, dado que o reaproveitamento do lixo virá proporcionar mais uma fonte de recursos para o município.

Além do que usinas semelhantes estão funcionando com sucesso em diferentes municípios brasileiros, o que nos leva a conclusão de que os motivos alegados pelas autoridades estaduais são políticos e, porque não, escusos.

Se a população local aprova a Usina, o que foi atestado através de plebiscito democrático, não há porque a negativa das autoridades públicas estaduais.

Esperamos que o bom senso e a defesa dos interesses públicos impere sobre as motivações políticas escusas".

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.462, de 14 de janeiro de 1987, deu nova redação ao art. 2º da Lei n. 7.809, de 29 de dezembro de 1983, destinando 50 por cento da arrecadação proveniente da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais a programas de assistência ao menor;

CONSIDERANDO que as dúvidas levantadas pela imprensa, e em especial pela série de reportagens, publicadas recentemente pelo "JORNAL DO ESTADO", precisam ser esclarecidas pelo alto interesse público que envolvem;

CONSIDERANDO que é dever constitucional do Deputado fiscalizar a aplicação dos recursos públicos:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e respaldado pelo § 2º do art. 20 da Constituição do Estado do Paraná, REQUER, à Mesa da Assembléia, o encaminhamento ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social do Estado, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual o valor total já recebido por essa Secretaria, no presente exercício, dos recursos provenientes da cobrança da taxa adicional cobrada sobre as custas judiciais?

2. Em que datas foram feitos os repasses desses recursos?

3. Quais os programas de assistência

aos menores beneficiados pelos recursos em questão? (Encaminhar cópia dos programas)

4. Quais as etapas dos programas que já foram cumpridas?

5. Tais recursos estão sendo aplicados em programas desenvolvidos por entidades particulares? Se estão, quais as beneficiadas?

6. Qual a aplicação prevista, dos recursos provenientes da cobrança de tal taxa adicional, para o exercício de 1988? (Encaminhar cronograma de aplicação).

7. Qual o valor repassado para a FASPAR?

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a Lei n. 4.955, de 13 de novembro de 1964, instituiu o Fundo Penitenciário, vinculado a essa Secretaria de Justiça;

CONSIDERANDO que a Lei n. 7.809, de 29 de dezembro de 1983 criou a taxa adicional sobre as custas judiciais, destinando o valor desta arrecadação ao Fundo Penitenciário;

CONSIDERANDO que as dúvidas levantadas pela imprensa, e em especial pela série de reportagens, publicadas pelo "JORNAL DO ESTADO", quanto à aplicação dos recursos advindos da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais precisam ser esclarecidas pelo alto interesse público;

CONSIDERANDO que é dever constitucional do Deputado fiscalizar a aplicação dos recursos públicos;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e respaldado pelo § 2º do art. 20 da Constituição do Estado do Paraná, REQUER, à Mesa da Assembleia, o encaminhamento ao Senhor Secretário da Justiça do Estado, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual o montante repassado pela Secretaria de Finanças, dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais, nos exercícios de 1984, 1985 e 1986, no presente exercício, até o mês de outubro?

2. Em que datas foram feitos tais repasses pela Secretaria de Finanças e recebidos pela Secretaria de Justiça?

3. Qual a aplicação destes recursos nos exercícios mencionados no item 1 deste pedido? (Detalhar as aplicações).

4. Existe plano de aplicação, para o presente exercício, dos recursos provenientes da taxa já mencionada?

5. Se existe, encaminhar cópia do plano e informar quais as etapas do mesmo que já foram cumpridas.

6. Existe plano de aplicação de tais recursos para o exercício de 1988? (Se existe, encaminhar cópia).

7. Qual a previsão da arrecadação desta taxa adicional para o exercício de 1988?

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO que a Lei n. 7.809, de 29 de dezembro de 1983 instituiu a taxa adicional sobre as custas judiciais, destinando o valor arrecadado ao Fundo Penitenciário;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.462, de 14 de janeiro de 1987, deu nova redação ao art. 2º da Lei acima referida, a saber: "...50 por cento a programas de assistência ao menor e 50 por cento ao Fundo Penitenciário (criado pela Lei n. 4.955, de 13 de novembro de 1987)";

CONSIDERANDO que as dúvidas levantadas pela imprensa, e em especial pela série de reportagens publicadas pelo "JORNAL DO ESTADO", quanto à aplicação dos recursos provenientes da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais, devem ser esclarecidas pelo alto interesse público que envolvem;

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e respaldado pelo § 2º do art. 20 da Constituição do Estado do Paraná, REQUER à Mesa da Assembleia o encaminhamento, ao Senhor Secretário das Finanças do Estado, do seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. Qual o montante arrecadado através da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais, nos exercícios financeiros de 1984, 1985 e 1986 e, no presente exercício, até o mês de outubro?

2. Qual o montante destinado, da arrecadação total, ao Fundo Penitenciário, nos mesmos exercícios financeiros?

3. Em que datas, destes exercícios, foram feitos os repasses para o Fundo Penitenciário?

4. Do total arrecadado nos exercícios financeiros, de 1984, 1985 e 1986, qual o percentual aplicado no Fundo Penitenciário e qual o percentual aplicados para outros fins?

5. Além do Fundo Penitenciário, que outros programas do Governo do Estado, nos exercícios acima citados, receberam verbas provenientes da arrecadação da taxa adicional sobre as custas judiciais?

6. No exercício presente, qual o montante já repassado para o Fundo Penitenciário?

7. Existe um programa para o repasse desta verba ao Fundo Penitenciário? Qual?

8. Quais as datas, neste exercício, em que foram feitos os repasses para o Fundo? (identificar empenhos). Quais os valores dos repasses?

9. Enquanto não acontecem os repasses onde, como e porque, são aplicados os recursos arrecadados?

10. Qual o montante aplicado, neste exercício, em programas de assistência ao menor?

11. Quais os programas que receberam os recursos provenientes da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais?

12. Em que datas foram feitos os empenhos em favor de tais programas e quais os órgãos, ou entidades, que receberam?

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja transcrito, para constar da Ata da Sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, o editorial intitulado "Quem bateu carteira?", publicado no "Jornal do Estado", edição do dia 27 de outubro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

Segundo amplos setores da opinião pública nacional, foi das mais desastrosas a atuação do Senhor Raphael de Almeida Magalhães como Ministro da Previdência Social.

Durante sua gestão, dúvidas sérias foram levantadas sobre a lisura ou o acerto de negócios envolvendo grandes fortunas. Numa dessas transações, nada menos que 400 apartamentos foram comprados para funcionários da Previdência, em Brasília, por preços muito acima do mercado, conforme inúmeras denúncias.

Por outro lado, enquanto milhares de trabalhadores continuavam sendo mal assistidos ou recebendo aposentadorias e pensões miseráveis, o Ministério gasta exorbitantes somas em publicidade, publicada acintosamente pela imprensa de todo o País.

Não bastasse isso, o Senhor Raphael de Almeida Magalhães, inconformado com sua demissão, resolveu atacar os políticos, especialmente os paranaenses, classificando os Deputados Federais de nosso Estado como "batedores de carteiras".

Foi contra isso que se insurgiu o "Jornal do Estado", mostrando em bem colocado editorial que essa foi uma verdadeira afronta aos paranaenses. E é justamente para registrar o fato que julgo oportuna a

transcrição do editorial em questão.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 309/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Pastor WADY BECHARA, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná, através da TELEPAZ e de seu profícuo Ministério dedicado integralmente em favor do próximo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados:

O Pastor Wady Bechara, nascido aos vinte dias no mês de fevereiro de 1914, em São Paulo, capital, filho do Pastor Assad Bechara e da Irmã Sada Bechara, ambos nascidos na Síria, chegando ao Brasil em 1898.

Iniciou o curso primário em 1920 e concluiu o Curso Ginásial em 1935. Desejando aprofundar-se nos conhecimentos humanos, formou-se Bacharel em Teologia, pela Faculdade de Teologia da C.A.B.. Não obstante seus desejos sempre crescentes em auxiliar à comunidade, procurou especializar-se nos Estados Unidos, conseguindo assim dar mais um passo importante a favor do próximo e da sua carreira profissional, que iniciou em 1939, servindo a várias localidades brasileiras como Pastor, deixando muitas vezes de prestar auxílio à sua família em prol da população enferma e necessitada de paz de espírito. Foi jubilado em 1971, pelos seus 32 anos de constante luta em favor do bem-estar comum.

Foi vice-Presidente do SOS em Guaruapuava, participou como orador do programa de Televisão "Encontro Com a Vida" em 1985, colaborador de jornais e emissoras de Rádio, levando sempre sua mensagem de paz, ânimo e fé em nome da TELEPAZ, um serviço pioneiro em todo o Brasil, onde é o atual Presidente.

Atualmente, poucas pessoas têm a boa vontade de dedicarem-se à vida religiosa, pois existe um egoísmo e interesse material muito grande, que leva as pessoas a pensarem em si mesmas, não se importando com o próximo. Todavia, a TELEPAZ ainda se preocupa muito com aqueles que lhe procuram, buscando conforto e apoio. O Pastor Bechara, através da TELEPAZ, recebe em média 1.500 chamadas diárias, de pessoas desesperadas com problemas na maioria das vezes familiares, drogados, viciados, alcoólatras e até mesmo com problemas finan-

ceiros, buscando auxílio e para os quais o Pastor Bechara sempre tem um recado Divino, infundindo confiança e alegria aos corações.

Esperamos que apareçam mais pessoas como o Pastor Wady Bechara, pois atualmente o que vemos é uma casta de homens inescrupulosos e corruptos, desprezíveis, amantes de si mesmos, avarentos, presunçosos, mais amigos dos deleites do que de Deus. Que apareçam homens desta estirpe espiritual, com dinamismo, força de vontade e altruísmo, dons de Deus existentes no Pastor Wady Bechara.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 310/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de Centro de Saúde Padre Luis Luise, o centro de saúde V - ampliado, que se encontra em fase inicial de construção, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

LUIS LUISE, nasceu aos 2 de maio de 1913, na Cidade de Martellago, Província de Veneza, na longínqua Itália.

Cursou os primeiros estudos em sua cidade natal, passando depois para Turim, onde cursou Filosofia. Aos 20 anos, ingressou no Noviciado IMC em Rosignano Monferrato e, em seguida, cursou Profissão Contemporânea, por três anos. Passou, em seguida, para o Seminário Teológico de Turim e aos 24 anos, fez Profissão Perpétua. Aos 20 de junho de 1938, o Diácono Luis Luise, era ordenado para exercer o sacerdócio pela Congregação Consolata, pelo então Cardeal Arcebispo de Turim, Maurilio Fossati.

Trabalhou como sacerdote até os anos de 1940, quando ingressou no Exército italiano como capelão militar, permanecendo por curto espaço de tempo, por motivo de saúde, retornando às suas atividades sacerdotais.

Em meados de 1946, desembarcou no Rio de Janeiro, em companhia de outros de sua Congregação, passando por São Paulo e Rio Grande do Sul, mais precisamente em Erechim e, aos 4 de maio de 1952, chegava em solo paranaense, em Cascavel, como primeiro vigário da cidade. Foi nessa época, em que lançou a pedra fundamental no hoje Município de Cascavel, no local onde está a Catedral Nossa Senhora Aparecida. Iniciou, ainda nesse mesmo período, o que foi con-

siderada a idéia mais absurda: a construção de um aeroporto que atendesse à cidade e à região e que logrou êxito, pois com o apoio de moradores e da Madeireira Paraná, viu seu sonho transformar-se em realidade, a 11 de janeiro de 1953, pousava, pela primeira vez, um DC-3 da Real.

Em 1954, retornava a Erechim (RS), para a criação da nova paróquia do bairro de Três Vendas. Mas, em 1963, retornava ao Paraná, mais precisamente em Cafelândia D'Oeste, então, Distrito do Município de Cascavel.

Então, em 24 de outubro de 1963, fundava a COPACOL - Cooperativa Agrícola Consolata Ltda, tendo sido também seu primeiro Presidente, de onde se originou a Associação Agropecuária de Cafelândia. Foi o grande batalhador na luta pela emancipação político-administrativa do então Distrito de Cafelândia, coroado novamente de êxito, quando a população elegeu seu primeiro Prefeito Municipal, em 1982.

Padre Luis Luise, não foi apenas sacerdote, teve ainda, ativa participação, redigindo matérias para a imprensa local e regional.

Autor de três livros, editados em Cascavel:

"Voce é o que pensa"

"A Bíblia e você"

"A Missa, Jesus e nós".

Em 1980, foi homenageado pela 15ª Brigada de Infantaria Motorizada de Cascavel, com o diploma "Colaborador Emérito do Exército", na administração de Pedro Muffato, em 1977, coube-lhe a "Cidadania Honorária de Cascavel"; e, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, enviou-lhe "voto de louvor", pela sua atuação em benefício da agricultura e do cooperativismo regional.

Assim, aos 3 dias do corrente mês, ao retornar de mais uma missão religiosa, eis que o destino, tragicamente, leva do convívio oeste-paranaense, um grande homem, nascido italiano, mas, há mais de 46 anos vivendo e batalhando em terras brasileiras, principalmente no Paraná, e, porque não dizer, "paranaense de coração".

PROJETO DE LEI N. 311/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Darcy Borges da Silveira, a Rodovia PR-427, que liga Lapa a Campo do Tenente.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Com o presente Plano de Lei, queremos

destinar justa homenagem a Darcy Borges da Silveira, pioneiro na região da Lapa e que prestou relevantes serviços à comunidade local.

É de se ressaltar, ainda, que este bravo pioneiro é pai do Ministro da Saúde, Deputado Federal Borges da Silveira.

PROJETO DE LEI N. 312/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Paulo Carneiro Ribeiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Desde que começou sua vida profissional, em 1949, o Dr. Paulo Carneiro Ribeiro tem contribuído para o desenvolvimento da agropecuária paranaense. Mineiro de Lambary, trouxe ao Paraná sua bagagem de filho de agricultor, e aqui desenvolveu projetos de extrema importância para o setor. Quando Secretário da Agricultura, em 1975, seu pioneirismo resultou no lançamento e implementação do "Programa de Apoio ao Pequeno Agricultor", depois institucionalizado com a denominação de "Pró-Rural". Outras obras se anteciparam e seguiram, de igual valor; em 1961, quando diretor do IBC - Instituto Brasileiro do Café - implantou a rede de 28 armazéns em nosso Estado, para a estocagem da produção de café.

Atualmente, o Doutor Paulo Carneiro Ribeiro é presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, entidade consagrada nacionalmente através de sua competência e habilidade.

PROJETO DE LEI N. 313/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado Comendador Francisco Agudo Romão, a Rodovia PR-537 que liga Florestópolis a Santa Margarida (Bela Vista do Paraíso).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) HOMERO OGUIDO

JUSTIFICATIVA:

A pessoa que pretendemos homenagear chegou em Alvorada do Sul em 1935, abrindo a região e a Fazenda Itaúna.

Em 1959, dada a sua capacidade de agricultor, produziu uma média de 200 sa-

cos de "café em coco" por 1 mil pés de café.

Nos Municípios de Alvorada do Sul, Florestópolis, Porecatu, Bela Vista do Paraíso chegou a plantar 2 milhões de pés de café, o que valeu o respeitável título de "O Príncipe da Cafeicultura".

Ao apresentarmos o presente Plano de Lei, rendemos uma justa homenagem ao Comendador Francisco Agudo Romão, que trabalhou em prol do engrandecimento de toda a região. Foi um homem empreendedor, que sempre acreditou na potencialidade agrícola do Norte do Paraná. Correto com as suas obrigações e de sentimento de solidariedade humana, praticando sempre caridade ao próximo. Identificado com os valores permanentes, tais como dignidade, honra, trabalho e espírito de justiça.

Considerando justo o reconhecimento do Estado, conto com o beneplácito desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 314/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A presente Lei estabelece a obrigatoriedade do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, destinar 100% dos recursos destinados ao financiamento agrícola para os pequenos e médios produtores que produzam em estabelecimentos de até 100 ha. e se define como a soma das áreas de todos os imóveis rurais possuídos por um proprietário, seja diretamente ou por interposta pessoa e que tenham na agricultura sua principal atividade econômica.

§ Único - Entende-se por recursos destinados ao financiamento agrícola, o montante oriundo dos 60% dos depósitos à vista e que, por lei, se destinam para crédito de custeio e de financiamento agrícolas.

Art. 2º - A obrigatoriedade de destinar a totalidade dos recursos disponíveis para crédito agrícola aos produtores que trabalhem em estabelecimentos de até 100 ha. e que tenham na agricultura sua principal atividade, tem como objetivo:

I - propiciar condições econômicas adequadas e em quantidade suficiente para viabilizar a pequena e média produção e, assim, dar a estes trabalhadores melhores condições sociais e culturais;

II - aumentar a produção e a produtividade da agricultura feita em estabelecimentos de até 100 ha., cuja atividade principal é a produção de alimentos destinados a abastecer o mercado interno;

III - estancar o processo, cada vez mais crescente, do êxodo rural, que elimina, por falta de condições econômicas, milhares de pequenos agricultores anualmente.

Art. 3º - o BANESTADO fica obrigado a aceitar, como garantia dos empréstimos, apenas a safra agrícola e as benfeitorias ou os equipamentos adquiridos por financiamento.

Art. 4º - O BANESTADO fica obrigado a converter o valor do empréstimo do custeio, destinado aos pequenos e médios produtores que produzam em estabelecimentos de até 100 hs. que tenham na agricultura sua principal atividade, no ato do financiamento, em unidades (sacos ou quilos) do produto financiado, para efeito de pagamento do empréstimo, de acordo com os preços mínimos fixados pelo Governo Federal.

Art. 5º - Os encargos financeiros do crédito rural, para investimento ou comercialização, destinado aos pequenos e médios produtores, que trabalham em estabelecimentos de até 100 ha. e que tenham na agricultura sua principal atividade, terão correção monetária, no valor de 50% da variação da OTN e juros de 3,5% ao ano.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

No Paraná, 91% dos estabelecimentos rurais possuem até 100 ha. perfazendo um total de 425 mil 383 estabelecimentos de um universo de 467 mil 454 estabelecimentos rurais (dados do IBGE, 1985).

Hoje grande número de pequenos e médios produtores estão perdendo seus estabelecimentos a partir de suas causas básicas: 1º) os altos juros cobrados pelo sistema bancário e 2º) pela falta de recursos disponíveis a juros baixos para desenvolver suas atividades agrícolas.

Aproximadamente 30,1% do crédito rural disponível, no Brasil, é usado por apenas 5,5% dos produtores. Isto significa que boa parte dos recursos disponíveis para o crédito rural é usado por uma minoria e por grandes proprietários.

No Paraná o volume maior da produção agrícola e a responsável pela sustentação econômica do estoque, e é feita em estabelecimentos de até 100 ha.

Justifica-se pois, que o BANESTADO, como órgão estatal, destine a totalidade de seus recursos do crédito rural, para o setor mais produtivo da agricultura e ao mesmo tempo, o menos assistido pelo poder público.

Os grandes proprietários terão acesso ao crédito disponível nos bancos privados, podendo com isso, desenvolver plenamente suas atividades.

PROJETO DE LEI Nº 315/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado "LEO DE ALMEIDA NEVES" o Edifício Sede do Instituto

de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná- IPE.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que pretendemos seja prestada ao ex-Deputado Léo de Almeida Neves, dando-lhe o nome ao Edifício sede do IPE, e nele afixando placa alusiva à criação desse importante órgão assistencial do servidor público estadual, evidencia o relevante papel desempenhado pelo Poder Legislativo no contexto tanto do Governo Estadual quanto do Federal, ao tempo que a Constituição então vigente permitia aos Deputados apresentar e aprovar Projetos de Lei dessa natureza, servindo de inquestionável demonstração que não falta criatividade e espírito público aos integrantes do Legislativo.

Como único remanescente daquela Legislatura, ainda no exercício da atividade parlamentar nesta Assembléia, sinto-me honrado por haver participado e apoiado a aprovação dessa matéria e convivido com Léo de Almeida Neves, testemunhando o excelente trabalho por ele desenvolvido, de cunho eminentemente social e sempre a favor das classes obreiras e dos menos afortunados.

Neste caso, como autor do Projeto de Lei nº 740/59, aqui aprovado por unanimidade e, posteriormente, convertido na Lei nº 4.339 com a sanção governamental em 18 de fevereiro de 1961, deu vida ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, que reuniu num mesmo organismo funções e recursos financeiros da "Caixa de Seguros de Vida dos Funcionários Públicos Civis e Militares" do "Montepio dos Servidores Públicos" e do "SASP - Serviço de Assistência ao Servidor Público", racionalizando o atendimento médico-hospitalar-dentário, a assistência financeira mediante empréstimos pessoais e para construção de moradias, a concessão de pensões, pecúlios, auxílios natalidade e funerário, enfim toda a multiplicidade de benefícios de que hoje se utiliza o funcionalismo público estadual.

Ao registrar este episódio, quero assinalar também a brilhante trajetória da carreira deste eminente homem público que, no cumprimento de seus mandatos parlamentares Estadual e Federal e no exercício dos cargos executivos que lhe foram confiados como - na Direção do CREA do Banco do Brasil, na Presidência do BANESTADO e, atualmente, na Superintendência Regional do INPS - sempre se conduziu com ampla capacidade administrativa e admirável dignidade.

O reconhecimento dos valiosos serviços e a contribuição de Léo de Almeida Neves, para o desenvolvimento do Paraná, e projetando nosso Estado no cenário nacional, justificam plenamente esta propositura, para a qual confio receber o apoio e aprovação dos Senhores Deputados com assento nesta Casa o que, em última análise, significa a valorização do Poder Legislativo, através daquele ex-Parlamentar.

PROJETO DE LEI N° 316/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ - ASEEP, com sede e foro na cidade de Curitiba, localizada à Rua Voluntários da Pátria, 475- 13º andar, conj. 1310.

Art. 2º- Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei vai acompanhar dos documentos exigidos pela Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978 (D.O. nº 218, de 12 de janeiro de 1978).

1. Declaração de Personalidade Jurídica, passada pelo Cartório de Registro de Títulos e Documentos - Pessoas Jurídicas - 4º Ofício/Comarca de Curitiba;

2. Declaração firmada pelo Presidente da entidade

a) que está em efetivo exercício de suas atividades desde a sua fundação; e

b) que nenhum dos elementos da Diretoria recebe remuneração de qualquer espécie, gratificações ou qualquer outra vantagem, e que a associação não distribui bônus, lucros, bonificações ou vantagens a qualquer elemento da Diretoria;

3. Relatório das Atividades da entidade, abrangendo o período de 09 de novembro de 1986 a 30 de setembro de 1987.

Como é possível avaliar pelo Relatório de Atividades da Associação dos Servidores das Escolas Estaduais do Paraná- ASEEP, a entidade tem se mantido ativa desde a sua fundação, promovendo reuniões dos associados, discutindo estratégias de ação em seu benefício e assuntos ligados à sua perfeita legalização.

A par dessas atividades administrativas, a entidade deflagrou campanhas de arrecadação de alimentos e brinquedos em todo o Estado, beneficiando cerca de 5.000 crianças durante as Festas Natalinas de 1986; campanha de fantasia para o carnaval de 1987 para crianças pobres em geral; campanha de doces e chocolates para a pás-

coa de 1987; campanha de roupas e calçados para mães carentes; e campanha de agasalho para atender cerca de 8.500 crianças carentes, ambas em 1987; campanhas de incentivo à valorização do País; campanha de incentivo à participação nas comemorações da Semana da Pátria/ 1987, e, finalmente, Campanha da Semana do Idoso/ setembro de 1987.

Apesar dessa movimentação, essa nova entidade de classe, fundada para assistir aos servidores de escolas estaduais em todo o Paraná, enfrenta sérias dificuldades financeiras originadas da impossibilidade de cobrar as mensalidades dos associados - impossível de fazer uma a uma, por não dispor de um quadro de agentes cobradores - sendo a única solução aceitável o desconto em folha, o que só poderá ser conseguido depois do reconhecimento de Utilidade Pública da entidade.

Confiamos, pois, que os nobres Pares desta Egrégia Assembléia Legislativa oferecerão seu apoio à Associação dos Servidores das Escolas Estaduais do Paraná- ASEEP, aprovando pela justa unanimidade a matéria contida no presente Projeto.

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM ESTE PROJETO

1. Declaração de que a entidade está em efetivo exercício de suas atividades e que os princípios estatutários estão sendo observados.

(Item II- art. 1º da Lei nº 6.994).

Na mesma declaração é reiterado o mandamento estatutário de que a entidade não remunera, a qualquer título, seus diretores e que não distribui bônus, bonificação, gratificações etc.

(Item II- art. 1º da lei nº 6.994).

2. Certidão, passada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de que a entidade possui personalidade jurídica há mais de 6 meses.

(Item I- art. 1º da lei nº 6994 - modificado pela Lei nº 8.539, de 22.10.87, com acréscimo §§ 1º e 2º, os quais reduzem, em casos especiais, o prazo base da primeira Lei).

3. Relatório de Atividade da Associação.
(Item IV - art. 1º da Lei nº 6.994).

4. Estatuto da entidade.

(Para simples conhecimento, corroborando o determinado pelo Item II, do art. 1º da Lei 6.994).

5. Xerox da Lei nº 8.539, de 23.10.87.

PROJETO DE LEI N° 317/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES GUILHERME DE ALMEIDA, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida, com sede e foro no Município de Santa Izabel do Oeste, localizada à rua das Acácias s/nº.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres Guilherme de Almeida, do Colégio Estadual Guilherme de Almeida - de Santa Izabel do Oeste, é uma entidade criada sob orientação da Secretaria de Estado da Educação, com papel definido no contexto escolar e, com os demais, para promover a integração das famílias nas escolas.

Os membros das sucessivas diretorias dessa entidade, entretanto, propuseram-se a ir além das tarefas normais - balizadas pelo modelo estatutário comum - e aproximaram-se da comunidade e, especialmente, das famílias. Discutindo problemas dos alunos, assim como os encontrados pelos professores no dia-a-dia escolar, puderam equacionar as maiores carências - ligadas às peculiaridades locais. Assistindo alunos providos, em sua maioria, do meio rural, estabeleceram metas de trabalho para solucionar as carências consideradas imediatas, entre as quais - e principalmente. as de recursos das famílias.

Dessa premissa as sucessivas diretorias organizaram programa de trabalho dinâmico, buscando de todas as formas possíveis e envolvendo a comunidade, comércio e indústria locais, recursos financeiros para ajudar, efetivamente, aos alunos que apresentavam a maior carência, adquirindo livros, cadernos e outros materiais escolares e distribuindo-os gratuitamente entre eles.

A comunidade aprovou, apoiou e participou e tem participado desse trabalho, firmando-se um circuito absolutamente positivo que tem servido de modelo para outras instituições.

Esse trabalho, pois, merece ser reconhecido por esferas maiores, como a própria Assembléia Legislativa do Paraná, através do reconhecimento de Utilidade Pública da APM- Guilherme de Almeida, que esperamos, por meio deste Projeto de Lei, ver materializado.

ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM ESTE
PROJETO DE LEI

1. Certidão, passada pelo Cartório de Títulos e Documentos de Realeza, da Personalidade Jurídica da entidade.

(Item I- art. 1º - da Lei nº 6.994)

2. Declaração da direção da entidade do Pleno Funcionamento desde a fundação.

(Item II- art. 1º - da Lei nº 6.994)

Na mesma declaração a diretoria afirma que não remunera a qualquer título aos membros da diretoria, nem distribui bônus, bonificações ou gratificações a dirigentes ou colaboradores.

(Item III - art. 1º da Lei nº 6.994)

3. Relatório de Atividades, firmado pelo Presidente e pela Secretária da Associação.

(Item IV - art. 1º da Lei nº 6.994).

4. Certidão de Posse da diretoria eleita a 1º de junho de 1987, vistada pela direção do Colégio Estadual Guilherme de Almeida.

5. Estatuto da entidade.

6. Ficha de Inscrição e Cartão do CGC da entidade.

PROJETO DE LEI N. 318/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Apucarana a data de terras n. 19, da Quadra n.º 3-A, naquela localidade, com área de 746,62 m2, sem benfeitorias, conforme transcrição n. 5.218, de 17 de fevereiro de 1947, do Registro de Imóveis de Apucarana, sendo o referido lote de propriedade do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Plano de Lei aqui apresentado visa atender as reivindicações da Comunidade de Apucarana.

Encontra-se o imóvel, objeto da referida doação, ocioso para o Estado.

Assim, acreditamos ser a medida aqui proposta justa tanto quanto oportuna.

Pelo o que foi exposto acima, pedimos aos nobres Pares desta Casa o devido apoio para a aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N. 319/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro nesta Capital, está devidamente registrada no cartório competente desde 21 de maio de 1986, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto.

Entre seus objetivos gerais, destacamos o atendimento e orientação para tratamento da criança excepcional.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 320/87

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Brasileiro dos Servidores Públicos, com sede em Curitiba, Capital do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

O Centro Brasileiro dos Servidores Públicos - objetiva assistir a seus associados, atendendo-os nas suas mais variadas aspirações, tais como no campo da saúde, da educação, da previdência, da assistência social e financeira, turismo e outros que sejam do interesse dos associados.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê):

"A Nação vive um momento insólito. No epicentro de uma crise econômico-social, o descrédito que o Governo José Sarney e a classe política como um todo vêm amargando, constitui-se, agora, no maior responsável por este nefasto clima de incertezas e pessimismo crônico.

A perspectiva do aumento dos índices da inflação; o subemprego e o desemprego; a fome e a miséria que campeia por todos os quadrantes; a recessão; a pachorra e a inércia para a solução desse quadro, infelizmente adquiriram tons tão aberrantes, que puseram a Nação num túnel sombrio e sem perspectivas.

Nestas circunstâncias, o dever da responsabilidade não pode ditar outra solução que não seja a realização de eleições extraordinárias gerais, em todos os níveis, no mais tardar, em novembro de 1988.

De Vereador à Presidência da República, sem exceção. Livres, soberanas, destreladas do desvario do poder econômico que elegeu a maioria do nosso Congresso Constituinte, que tanto tem tornado impraticável o exercício de Governo do País.

O caminho da solução e da reconstrução da vida nacional, nesta quadra, é um caminho de mão única: eleições gerais em 1988.

Derivado da legitimidade do voto, o poder político, respaldado apenas na vontade popular é que poderá tornar acreditável as soluções de governo. Sem peias, despojadas das ambições e dos projetos pessoais.

Mais do que um reclamo, é a solução que se impõe no momento atual". Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvindo atentamente o pronunciamento do Senhor Deputado David Cheriegate, realmente chego à conclusão de que realmente ele está certo. Não é que eu esteja cansado. Mas agora há pouco, conversava com o Deputado Pedro Tonelli e nós discutimos, não é cansaço: o Deputado Pedro Tonelli reivindicando os seus direitos pró-Reforma Agrária; o Deputado Algaci Túlio os direitos de segurança, não só de segurança, porque nós não estamos aqui também só para pensar em segurança, mas, sim em saúde, educação, agricultura, numa série de direitos que tem a família brasileira. O Deputado Paulino José Delazeri preocupado com o problema de Paranaguá, com os "containers", o que realmente é uma afronta. Os Deputados Edmar Luiz Costa, David Cheriegate preocupados com o problema do BANCO DEL PARANÁ. Estamos falando do Paraná. O Deputado Nilton Barbosa preocupado com o problema da merenda escolar. Acompanhando a Rede Manchete, a Rede Globo, a Rede Bandeirantes, ontem, vi atentamente um debate na televisão, porque a minha televisão abriu um espaço sem cor partidária, entre o Deputado Pedro Tonelli, o Deputado Antônio Belinati, o ex-Secretário de Assuntos Fundiários, Dr. Felipe H. Mussi, um representante da UDR, União Democrática Ruralista e ali vi uma série de preocupações sobre este tema palpitante que é a reforma agrária.

Outros debates tenho acompanhado pela televisão, como sobre a Constituinte, vendo os analistas como Alexandre Garcia, um "expert" hoje, com grande "know how" no jornalismo da Manchete: Joelmir Betting, também fazendo uma análise, e outros comentaristas da Rede Globo. Ouço também os comentários do Sistema Brasileiro de Televisão SBT, ouço a Marília Gabriela, no Jornal Bandeirantes e vejo boatos que realmente deixam-nos preocupados, sobre a Constituinte brasileira que está cheia de buracos, e só falta colocar bolo de chocolate, lasanha, uma série de receitas até culinárias... Realmente, nesta tarde, quero me posicionar sem contrariar meu partido político. Sou PMDB, orgulho-me de estar neste Partido. Não é o partido político que vai resolver os problemas do Paraná e da Nação brasileira, são os homens que realmente estejam gritando.

Mas às vezes, a gente se torna até cansativo de ficar gritando, gritando, gritando, gritando, e parece que ninguém nos ouve... ninguém nos presta atenção. Parece que não querem enxergar realmente os problemas pelos quais passa a Nação. Respeito o Líder de minha Bancada, e às demais Bancadas desta Casa, quero parabenizar o Deputado David Cheriegate. Sou a favor a que no ano que vem haja eleições; queria novamente sair candidato a Deputado e gostaria de ver todos os Senhores saindo novamente às ruas e pregando a plataforma de governo. Ver uma Câmara Municipal nova; novos Prefeitos; novos Constatantes, desejaria ver novos Deputados Estaduais. Quem trabalha não precisa temer as urnas. Não! Quem realmente trabalha, está com ideal de servir, com a vontade de servir a sua comunidade, quem tem o ideal de servir dentro da Justiça Social, na área de segurança pública, da saúde, da educação ou na área da agricultura, pois o político que realmente trabalha, grita e que realmente tem o ideal de servir, não deve temer as urnas. Fico com o Deputado David Cheriegate.

Digo mais ainda, desejaria que as eleições fossem marcadas para julho do ano que vem, que dessem aos políticos apenas seis meses e que se abrissem os espaços da televisão para que realmente pudessemos ter o direito de cada candidato falar pelo menos 15 minutos, a fim de expor seus ideais e sua vontade de servir. E que houvesse eleição nesta Nação. Estou com 42 anos de idade e nunca votei para Presidente da República. Gostaria de escolher o meu Presidente e também que se acabassem os partidos políticos no Brasil. Que se criassem poucos partidos, mas partidos que realmente tivessem programas voltados para o social à agricultura, à educação e para o interesse comum de uma comunidade. E

realmente o povo brasileiro está passando fome; está na miséria. Estamos vendo problemas de segurança, de falta de dinheiro.

Vários Deputados compareceram ontem ao debate e o Deputado Pedro Tonelli falando a respeito dos sem-terras continuarem com problemas, o Sr. Felipe Mussi disse que já havia uma etapa de dar pelo menos nos três meses, dinheiro, etc. para que o pequeno agricultor montasse... Mas não é isto não. Ele mesmo disse ontem que faltava dinheiro. Não adianta você dar apenas a terra. Eu sou a favor de que se dê a terra, mas temos que dar escola, saúde, dentista, exames ginecológicos para essas senhoras da zona rural. Temos que oferecer financiamento nos bancos, não adianta só financiar para os grandes proprietários. Eu acho que o pequeno proprietário também tem o direito de entrar no Banco e fazer o seu financiamento, requerê-lo para produzir e plantar. Enfim, muita coisa tem que ser feita nessa Nação. Gostaria sim de votar, de ter o direito de votar no futuro Presidente da República, no próximo ano. Oxalá Deus ilumine a cabeça, não sei de quem, na Nação e que nós pudessemos não voltar à uma ditadura, mas sim voltarmos à uma democracia plena e que pudessemos realmente escolher o direito de votar no Presidente da República, e que houvesse eleições gerais, tanto para Vereador, para Deputado Estadual, para Deputado Federal, para Prefeito, para Senador, para Presidente da República. Mas eu estou sabendo que isso é impossível, porque outro dia, encontrando com um Senador, eu falei que gostaria que houvesse eleições. Ele disse: "Estou com oito anos de mandato, é duro querer fazer uma campanha, voltar para a rua". Ninguém quer perder o seu mandato de Senador, que eu não sabia que era de 8 anos. Imaginem, estava tão por fora que desconhecia que era de 8 anos o mandato de Senador.

Mas, quem sabe, Deus nos ajude e eu possa ter o direito de breve, - eu e meu filho Marcelo que completou 18 anos e vai tirar o seu título de eleitor este ano - e que possa ir às urnas comigo escolhermos o nosso Presidente da República.

Muito obrigado, Senhores Deputados, Senhor Presidente e Senhores Secretários.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para registrar as presenças, entre nós, do Vereador Donato Esser, da comunidade de Nova Tebas, Município de Pitanga, do Senhor Ormar Batista, Presidente da comissão de emancipação política daquele distrito e também do Senhor Heraldo Bonfim, membro daquela mencionada Comissão.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência agradece a presença das ilustres personalidades e também registra a presença, neste Plenário, do Professor Manoel Barros Secretário da Educação do Município de Londrina.

Esta Presidência lhes dá as boas-vindas neste recinto.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu venho à tribuna para trazer um assunto que precisa uma análise mais profunda de todos nós, Parlamentares desta Casa.

Quero inicialmente cumprimentar "O Jornal do Estado" - que fez uma seqüência de reportagens a respeito do Fundo Penitenciário. Bastante discutido, muito polêmico e que até hoje não me parece que atingiu os objetivos aos quais estava determinado. Isto porque nós que atuamos nesta área, temos sentido a falta de recursos do sistema penitenciário.

Quanto às melhorias nas penitenciárias, às reformas, às ampliações, à construção de mini-presídios, de prisões agrícolas, sempre a alegação dos Governos que passam pelo Palácio Iguaçu, é aquele de que não há verbas e de que não podemos gastar. Temos escolas para construir. Muito bem. Temos hospitais para construir. Muito bem. Mas não temos verbas para ampliar as penitenciárias e para criar os mini-presídios agrícolas. O "Jornal do Estado" foi muito feliz numa série de reportagens, onde procurou ouvir todos os segmentos envolvidos com relação às verbas das custas judiciais.

Então nós, acompanhando, vimos que foi ouvido o Dr. Dartagnan Abilhoa, Diretor do Departamento Penitenciário e ele fala que o Fundo Penitenciário, apesar de boas verbas, não funciona.

Mas adiante, o Jornal ouve a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e seu presidente, eminente advogado Dr. Alcides Bittencourt Pereira, diz que o Fundo Penitenciário é ilegal e a OAB pede a sua extinção. E vai mais adiante dizendo que seus dias estão contados.

O Secretário da Justiça, Dr. Acir Breda, também foi ouvido e disse que a cobrança das custas será revisada.

O Secretário das Finanças, Luis Carlos Haully informa que a arrecadação das custas para o fundo é repassada. Se o governo passado não investiu no Fundo Penitenciário, nós estamos investindo.

Quer dizer, o próprio Secretário das Finanças está levantando uma dúvida muito séria aqui. Será que os governos passados, quando foi criado o Fundo Penitenciário, estavam recolhendo estas verbas? Será que

elas foram destinadas para os fins para as quais foram criadas através da Lei n. 7.809 de 29 de dezembro de 1983, e que fixa o valor do módulo de que trata o artigo 16 da Lei n. 7.577 de 08 de janeiro de 1982? Será, afinal de contas que estas verbas que estão chegando aos locais onde deveriam chegar?

Em razão disso tudo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estou encaminhando hoje à Mesa e quer me parecer, não se trata apenas de um pedido de informações deste Parlamentar, mas quero crer que todos os homens de responsabilidade nesta Casa querem saber exatamente para onde é que está sendo encaminhado esta verba. Se ela está sendo encaminhada corretamente, está chegando aos seus objetivos, melhor para todos nós, é sinal de que uma lei aprovada por esta Casa está sendo respeitada. Se não está, nós queremos saber quem é que está utilizando esta verba, ou aqueles que deveriam estar e que deveria ser destinado ao Fundo Penitenciário. Porque, repito mais uma vez, estamos cansados de ouvir sempre as mesmas coisas, porque a conversa é sempre a mesma, "não temos verbas; não podemos ampliar a penitenciária; não podemos colocar mais funcionários; não podemos mais contratar seguranças internas para a penitenciária; não podemos remodelar a frota de veículos que servem às penitenciárias, e nem podemos construir por hora os 10 minipresídios agrícolas que foram prometidos em anos passados."

Então, diante deste pedido de informações que encaminhei hoje à Mesa aos três Secretários, ao Secretário das Finanças do Estado do Paraná, ao Secretário da Justiça do Estado do Paraná e ao Secretário do Trabalho e Assistente Social, espero que os Senhores Parlamentares, como já disse, também preocupados com o mesmo assunto, votem favoravelmente a este pedido de informações para que esta Casa tenha certeza de que estas verbas que estão sendo aplicadas para aquele setor ao fim do que ela foi realmente votada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, por 30 minutos.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Volto à tribuna no Grande Expediente continuando aquelas considerações que fiz no dia 21 de outubro, quando afirmava que no Brasil se procurava incutir na sociedade brasileira o descrédito da Constituinte, conseqüentemente o descrédito de todo

o trabalho que lá se elabora. Há uma campanha sistemática; há um projeto de descrédito da Constituinte, e, conseqüentemente, dos homens, dos Deputados que a compõem.

E como derivado desta, a campanha de descrédito se esparrama pelas Câmaras Estaduais, pelos Parlamentos, pelos Prefeitos, e ao final das contas, estão os políticos todos desacreditados.

Dizia eu, no dia 21 de outubro, que a Constituinte não é como um "quilo de banana" que se compra na esquina, no botequim, muito menos é um "quibe frito" que se pode degustar como aperitivo, no final da tarde. E procurava mostrar que, em não sendo uma mercadoria, esta Constituinte precisava ser preservada e defendida, no sentido de que chegasse ao seu termo e lançasse à Nação um projeto que fosse, pelo menos, o entendimento da Nação brasileira. Que se fizesse o que se fez na Itália, em 1948, quando se estipulou um pacto constitucional, pacto este que não foi a expressão da maioria da época, mas também não foi a expressão dos radicais de direita de então. Lá estavam socialistas, direitistas, católicos, comunistas, mas acima de uma eventual maioria da Constituinte, o que prevaleceu foi o dito Pacto Constitucional, onde todas as correntes ideológicas puderam dar a sua contribuição e nesta Constituição, se vêem lá linhas marcadamente socialistas, como se vêem orientações também marcadamente democratas-cristãs. Este compromisso se fez na Itália, na Espanha depois, muito depois, na Grécia, em Portugal, mas parece que não o querem de exemplo neste País!

O compromisso do Pacto Constitucional evitou a composição unilateral e facciosa. Aqui todos defendiam a tese da Constituinte, lutou-se por ela, e hoje se desacredita. Hoje a Constituinte é um amontoado de descrédito, seus componentes são todos preguiçosos, e se atinge o próprio Relator, tenha ou não qualidades, tenha ou não defeitos. E quem não os tem? Sarney não terá defeitos? Os terá, sem dúvida! Como os terão todos os Constituintes. Agora, admitir que o defeito seja a única qualidade dos políticos, é abrir as portas para as aventuras dos capitães como fizeram em Apucarana, como tentaram fazer no Rio de Janeiro, mapeado o Rio de Janeiro, no sentido de colocar bombas, para evitar o fornecimento de água àquela Cidade! Coronéis que na madrugada se preocupam com a conspiração, sob a justificativa da reivindicação salarial, que é justa, e para isso há os caminhos normais de reivindicação, dentro dos quartéis, como há os caminhos normais de reivindicação da sociedade civil, que hoje precisa abrir os olhos e a mente, para ver que esta Constituinte,

companheiros, não é, como eu disse, um "meio quilo de bananas" que se compra no botequim da esquina!

No meu discurso anterior eu abordei o capítulo dos Direitos Sociais, atendo-me mais ao aspecto daquilo que foi feito de novo nessa Constituinte. Aqueles direitos já consagrados até não foram a minha preocupação. E eu parava na análise da proibição, do castigo e da tortura. Mas vamos em frente e vamos observar que no parágrafo 35, do Título II, Dos Direitos e Liberdade Fundamentais, pela vez primeira se coloca um dispositivo tratando da propriedade.

E o que diz? A propriedade privada é assegurada e protegida pelo Estado. Logo, estamos numa opção capitalista dentro da Constituinte. E não poderia ser diferente. E não venho aqui advogar o sistema capitalista, mas a opção da sociedade brasileira neste momento histórico, social e político é capitalista.

E é preciso então que a Constituinte se preocupe com que tipo de capitalismo nós queremos. Se o capitalismo selvagem, de que tanto foi falado nesta Nação, ou se um capitalismo moderno, em que os empresários, em que esse capital abra mão um pouco da sua ganância, e redistribua um pouco da sua riqueza.

É preciso que nós todos pensemos e vejamos que se deixarmos as coisas como estão, evidentemente que os capitalistas farão a Constituição capitalista que eles querem.

Por isto que eu acho importante o que se escreveu no parágrafo 35, em relação à propriedade privada. E diz mais, que o seu exercício subordina-se ao bem estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente. Preocupação que está nas garantias dos direitos individuais, o meio ambiente e o recurso natural, são assuntos que aos empresários e ao capital pouco interessa, porque implica custos, investimentos novos, implica fiscalização, implica o próprio controle social, por parte dos movimentos ecológicos, daqueles que se preocupam com a preservação da natureza das futuras gerações.

Mas não é só isso que se escreve de novo nesse Colegiado tão desacreditado e que na minha concepção não é tão exatamente desacreditado, pois se o fosse teria sucumbido às forças reacionárias e conservadoras e não teria lutado para implantar alguma coisa de novo que nesse projeto que ora se discute tão apaixonadamente.

Afora o direito de "habeas corpus" e do mandado de segurança, há a novidade do mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por partidos políticos, que pode ser impetrado por organização sindical, entidades de classe e outras associa-

ções legalmente constituídas. Vejam que o mandado de segurança deixa de ser apenas o direito individual do cidadão, mas é também agora um instrumento com que a coletividade pode se manifestar e invocar o poder Judiciário para corrigir a lesão do direito, seja coletiva ou seja individual.

Pela primeira vez nós vamos ver um Sindicato impetrando Mandado de Segurança. Quicá quanto medo causa isto àqueles que não querem ver que o Poder Judiciário seja também um instrumento da transformação. Quicá, hoje por trás dessa manipulação de descrédito, aqueles que querem ver o Mandado de Segurança e o Habeas Corpus apenas como uma consagração conquistada a sangue na Revolução Francesa; e não querem ampliar isto na sua concepção individualista da sociedade que hoje está ultrapassada.

Será que é isto, que pretendem esses que querem desacreditar políticos, Paramentos, e política? Qual o objetivo desse projeto diabólico que se arma hoje neste País?

Mas, vamos em frente.

Essas novidades da Constituição, quando falam do "Mandado de Injunção", coisa que nunca se escreveu em todas as outras Constituições, para garantir e que se torne viável o exercício das liberdades constitucionais, das prerrogativas inerentes a nacionalidade, à soberania do povo e a cidadania; Mandado de Injunção, que permite, Senhores, investigarmos o Poder Judiciário. A nacionalidade, a soberania do povo, a cidadania! Três palavras que praticamente a abarcam todos os conceitos maiores dos direitos coletivos ou individuais! Novidade que se escreveu nesse Projeto, graças a Constituintes que seriamente pensam que é possível, ainda, dentro desse sistema que se optou, do capitalismo, fazer com que seja mais questionado e fiscalizado.

O descrédito, interessa a quem? Senão àqueles que querem o retorno às Constituições outorgadas, ou homologadas por mero Projeto de interesses elitistas, minoritários, mas que sempre tiveram o comando econômico e político da Nação brasileira!

O Sr. Lindolfo Júnior - Vossa Excelência permite um aparte?
(Assentimento).

Gostaria de parabenizá-lo e dizer que, é sempre uma satisfação para este Deputado, ouvi-lo a cada vez que Vossa Excelência ascende à tribuna desta Augusta Casa de Leis e faz colocações importantes para a Nação brasileira.

Existe, como Vossa Excelência coloca, um avanço na Constituinte que aí está, artigos que vêm ao encontro dos anseios da grande camada da população brasileira.

Como Vossa Excelência disse, Deputado

Nereu Carlos Massignan, vivemos num País capitalista, mas precisamos colocar, acima do capital, o trabalho, a força do trabalho, a força do trabalhador!

Eu gostaria apenas de associar-me ao brilhante discurso de Vossa Excelência e parabenizá-lo, e dizer que continuaremos ouvindo atentamente tudo isso que Vossa Excelência coloca, com muita propriedade, da tribuna desta Casa.

Obrigado, Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço ao nobre Deputado Lindolfo Júnior, pelas palavras tão bondosas e não merecidas que dirige à minha pessoa, neste momento.

Prossigo:

Observe que o Parágrafo 49 diz que:

"Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para propor Ação Popular que vise anular ato ilegal ou lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, à comunidade, à sociedade em geral, ao meio-ambiente, ao patrimônio histórico e cultural e ao consumidor.

Os autores da Ação estão isentos de custas judiciais e do ônus da sucumbência".

Vejam, Senhores!

Qualquer cidadão, entidade, partido, sindicato, associação, pode representar, pode questionar, denunciar questões do meio-ambiente, da moralidade pública tão necessária nestes tempos atuais, e ninguém fala disto!

Falam dos Constituintes preguiçosos, dominhocos, ausentes, mas, não falam dos Constituintes que se preocuparam com esse dispositivo tão importante. Não falamos sobre isso, e parece que aos poucos somos absorvidos por esse caminhar pessimista, destruidor dos avanços, sim, porque este caminhar que se joga, de pessimismo, de destruição, de descrédito, tem um caminho vastamente aberto que é manter os privilégios, assegurar tudo aquilo de velho que existe na Constituição de 1969, dos interesses consagradamente privilegiados que até hoje mantiveram as elites ao bel prazer do poder, conduzindo inclusive às políticas sociais e econômicas de então. E este é o instrumento de fiscalização da sociedade, isto não interessa porque envolve a própria proteção coletiva da sociedade brasileira.

Tivemos um período em que quanto às convenções internacionais, o Brasil ou se afinava e não cumpria, ou então se omitia e ficávamos todos a cobrar posição do Brasil perante às Nações do mundo. Pois bem, outra garantia individual consagrada está no Parágrafo 55: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime dos princí-

pios que ela adota, os das convenções e atos internacionais de que o País seja signatário e tem sido ratificados."

Vamos cumprir inclusive com os tratados, para não desenharmos na nossa história vergonhosas posições do passado quando, embora signatários de tratados, aqui havia violação dos direitos humanos, a tortura, havia perseguição, a inviolabilidade do domicílio era uma letra morta da Constituição. Pois bem, hoje aqui está escrito também na nova Constituição que queremos, ver nova, avançada e progressista, que corresponda aos momentos de hoje. Bastou a Constituinte aprovar o capítulo dos direitos sociais e se armou neste País uma reação tão violenta, se armou um projeto tão obscuro que veio desembocar agora nessa reação do chamado "centrão" pluripartidário composta por elementos do meu partido, infelizmente, somando-se a outros partidos, visando desviar a "nau" da Constituinte, fazendo com que ela retorne aos infernos do retorcimento e do conservadorismo. Despertaram agora, será? Somente agora? Transformaram a água de um copo na maior tempestade que se construiu nesse Brasil. E a gente vê na televisão, no rádio e no jornal que a dispensa imotivada, que a hora extra em dobro, que a licença para gestante e a autonomia sindical, são os grandes monstros que podem destruir a empresa nacional, que fez com que eles parem de investir porque que isso vai diminuir o seu lucro, e vai gerar tantos problemas que o empresário talvez fique mais miserável que um sem terra, ou mais abandonado que um favelado. Para estes existe uma frase de Carolina Maria de Jesus, uma escritora da favela que fez sucesso na década de 1960, morreu favelada depois, e que dizia que "a fome é a dinamite do corpo humano".

Estamos ampliando o estoque de dinamite neste País, Senhores Deputados, estamos colocando no estômago de mais da metade dos brasileiros dinamite, algo que Carolina Maria de Jesus também observou. E este dinamite certamente vai explodir na consciência desses homens que tem medo da dispensa imotivada; que não querem dar mais um mês de descanso à mulher que gera um filho; que acham que a hora extra em dobro é o escândalo do capitalismo. Articulam-se, e eu me lembro, quando começo a ver essa soma de empresários formando um "lobby"; que a todos deixa-nos envergonhados; e o que eu mais lastimo é encontrar entre eles um Ermírio de Moraes, de capital nacional, generalizando a incompetência de todos. Va lá se fossem aqueles desgarrados da nacionalidade que gostam de mamar na teta das multinacionais. Mas, até um empresário nacional aceita este jogo hipócrita, e lembro, e tenho aqui escrito,

citado por Eduardo Galeano, no livro "As Veias abertas da América Latina", diz a frase: "Temos guardado um silêncio bastante parecido com a estupidez". Foi a proclamação insurrecional da junta Constituinte, em La Paz, em julho de 1809.

Realmente, esse silêncio que se procura impor pelo descrédito, para não mostrar o "lobby" da Constituinte, quer levar-nos a todos ao silêncio bastante parecido com a estupidez.

A despedida imotivada, o argumento de que não pode demitir o trabalhador vagabundo, o argumento de ter que suportar trabalhador pelo resto de sua vida na empresa, são argumentos falsos. A desídia do trabalhador pode ser motivo de despedida. Mas, não se pode usar da exceção daquele que é vagabundo ou dissidioso, para generalizar, e deixar o trabalhador na mão do empresário, ao seu bel dispor à oportunidade demitir ou não.

Ou se faz o capitalismo que abre as portas a essa compressão social dos miseráveis, ou esse capitalismo não sobrevive a esse século. Faz-se o carnaval da despedida imotivada, fazendo com que a regra da despedida seja a regra, esquecendo-se de que a regra é a manutenção do emprego, é a segurança do trabalhador e a melhoria das suas condições de vida. A regra é manter o trabalhador no trabalho. A exceção é a despedida, que tem que ser imotivada, para garantir o que eu disse antes, como regra.

Qual o empresário que se preocupa, em sua consciência, e fala com sinceridade, quando alega que 4 meses é demais para uma mulher trabalhadora alimentar o seu filho?

Onde está a sinceridade? Onde está a concepção de lucro? Onde está a honestidade do empresário que diz que sua empresa trabalha em prol da comunidade, se não quer abrir mão de 30 dias para uma mulher que vai gerar filhos, no máximo 3 vezes, na sua vida, e se permanecer no emprego na mesma empresa terá ganho 3 meses de licença, em 10 ou 15 anos de trabalho.

É esta a preocupação? É isto que vai fazer com que os empresários quebrem, percam mais do seu lucro?

Certamente, que não. E assim também ocorre com autonomia sindical. Quiseram fazer a unidade sindical, com argumentos os mais esdrúxulos.

Deixem os sindicatos trabalharem, se formarem, tecerem, se unirem, se desunirem, pois, isto é uma questão que interessa única e exclusivamente aos sindicatos.

Citei esses quatro fatores novos, em que os empresários... procuram fazer o cavalo de batalha. Agora a Constituinte começa a discutir os princípios Gerais da Intervenção do Estado; começa a definir

Empresa Nacional, vai falar do monopólio, do oligopólio, dos cartéis e tantas outras coisas. Logo depois vem o capítulo da Reforma Agrária. A UDR e os conservadores prometem fazer a maior manifestação se as suas propostas não forem aceitas - e esta certamente não é a proposta deles.

Vimos os empresários darem a força a esse "centrão" lá em Brasília; e a notícia é de que num final de semana, depois de degustados os melhores uísques de terem dormido nos melhores quartos, com o ar mais refinado e purificado desta Nação, conseguiram arrecadar Us\$ 35 milhões de dólares, cerca de Cz\$ 2 bilhões e 400 milhões de cruzados, para fazer o seu "lobby" na Constituinte.

E nós? Este povo desgraçadamente pobre vai fazer o "lobby" do quê? Esta provocação poderá provocar o "lobby" social, da convulsão, da rebelião, da desobediência legítima se não forem - digo mais uma vez e repito - sensíveis de que o capitalismo que querem fazer nesta Constituinte seja um capitalismo modernizado, mais humano e que abra a mão um pouco desses privilégios, secularmente consagrados nas mãos desta elite econômica brasileira.

E com Reforma Agrária que pretendem derrubar, e com tudo que de novo tem naturalmente a própria Reforma Tributária, que é uma proposta democrática e descentralizadora, será jogada por terra.

Parece-me que há uma conspiração. Eu me lembro de Voltaire que dizia: "mesmo os conspiradores mais sanguinários nunca disseram: cometemos um crime". Não vamos esperar que os empresários confessem que estão cometendo um crime. Voltaire nos deu a lição nessa frase lapidar. O que é preciso é mostrar que essa Constituinte ainda é exclusivamente o desaguiçadouro de todas as esperanças, mas pode ser também o desaguiçadouro de todas as frustrações desta Nação, cujo resultado não será imprevisível porque o "lobby" do dinheiro, o "lobby" de nos jogarem na cara os privilégios de articulação de elite tenham uma resposta: o povo é silente enquanto suportar a mais dura miséria, mas num dia, como disse Carolina de Jesus, a dinamite que está no seu estômago pode ser a explosão que fará com que a fome seja realmente a dinamite do corpo humano. É preciso evitar isso e, evitando isso, é preciso que tomemos consciência de que esta Constituinte ainda não está tão desacreditada. Quem quer desacreditá-la são as elites brasileiras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli, líder do seu Partido.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nesta segunda-feira assuntos de muita importância foram trazidos à preocupação desta Casa, e, certamente, pelo que eu entendi até agora, todos visavam colocar em discussão, em debate, a democracia que se vive hoje na Nação brasileira.

A democracia tão almejada pela maioria do povo brasileiro, certamente ela é vista pelas práticas. Não é com discurso, com teses, com afirmações coloridas que se mede a democracia de uma Nação, de um Estado, de um Município e até de uma família. Periodicamente ocupo essa tribuna para denunciar atitudes arbitrárias, atitudes de perseguição que ferem os princípios democráticos do nosso Estado e da nossa Nação. É indesejável, mas volto a trazer à tona, como preocupação, e deixar registrado nesta Casa de Leis, neste Parlamento paranaense, a nossa preocupação e o nosso repúdio as novas atitudes contra aqueles que deveriam ter a tribuna de honra deste Estado e desta Nação, que são os trabalhadores paranaenses.

Muitas vezes, nesses 9 meses de atuação parlamentar, procurei trazer ao conhecimento desta Casa de Leis as maneiras, as artimanhas e as traquinices pelo qual os detentores do poder autoritário não permitem a presença social dos trabalhadores nas decisões. E gostaria de exemplificar aqui, trazendo alguns novos exemplos que estão acontecendo no nosso Estado do Paraná. A começar pelo vizinho Município de Araucária, aonde na semana passa foi demitido, pela Prefeitura Municipal, o Sr. Floresvaldo Fier - vulgo Rosinha -, Médico Sanitarista da Prefeitura. Além dele, mais duas assistentes sociais foram demitidas, única e exclusivamente por perseguição política.

Que democracia é esta, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Demitir um profissional da saúde simplesmente porque pensa diferente do Prefeito! Isso é atitude arbitrária, condenável por todos os que querem democracia neste Estado e nesta Nação. E além disso se alega que as demissões foram por justa causa, tanto dele quanto das duas assistentes sociais.

Abusa-se da Lei, arbitrariamente. Demite-se dirigentes sindicais com estabilidade, pois "Roshina" é da Diretoria do Sindicato dos Médicos, e, portanto, com estabilidade garantida por lei. A perseguição do Prefeito Rogério Kampa certamente atinge a todos os que pensam diferente dele.

No ano passado foram demitidos funcionários que eram do PDS. Portanto, não é a primeira vez. É costume, é hábito. Desde que voltou a trabalhar em Araucária, no início desse ano, o Médico "Rosinha" estava proibido de fazer reuniões com a comunidade e com funcionários do Posto em que trabalhava, pois nessas reuniões se colocava em discussão a política de saúde. E, segundo o Prefeito, quem deve se preocupar com a política de saúde é o Prefeito, e não os médicos, os trabalhadores da saúde e os beneficiários da saúde.

Segundo "Rosinha", embora o Prefeito faça propaganda da sua administração como participativa, democrática, quem tenta mobilizar a comunidade participativa e democrática, quem tenta mobilizar a comunidade participativa e democrática, é demitido.

Do ponto de vista do funcionalismo, a situação também não é diferente.

Neste ano, alegando falta de recursos, a Prefeitura não disparou nenhum gatilho salarial, instituindo o arrocho. Hoje um médico em Araucária ganha 40% a menos do que em Curitiba, onde as condições salariais não são boas. Mas, ao mesmo tempo, o Prefeito está construindo uma das mais luxuosas sedes de Prefeitura de todo o Paraná! Esta é a democracia do Prefeito de Araucária!

Em agosto passado, o Prefeito baixou uma ordem de serviço garantindo estabilidade para todos os Servidores que não incorressem em justa causa até dezembro. Mas não está cumprindo a sua própria determinação. "Rosinha" foi demitido na semana passada, no dia seguinte àquele em que entregou a documentação de orientação para funcionários do posto distribuírem para a comunidade. Talvez seja interessante lembrar que também provocou este desrespeito a um integrante eleito pela comunidade e que hoje é suplente e que amanhã, ou depois, poderá ser Deputado aqui nesta Casa. E não é só isto. Neste Paraná afora continua ocorrendo a marca da perseguição dos trabalhadores que procuram participar da política paranaense. Temos conhecimento na Prefeitura de Pérola, no Noroeste do Estado, onde os trabalhadores ligados ao sindicato, quando procuram participar de atividades políticas...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência informa que seu tempo está esgotado. Vossa Excelência tem 15 segundos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Temos também em Pato Branco, na nossa Região, Sudoeste do Paraná, um exemplo veemente da ditadura que impera também naquela cidade. O Presidente do Sindicato dos Comerciantes foi

forçado a sair de um jantar da cidade pelo Prefeito Municipal, onde a Prefeitura estava patrocinando o jantar e não queria a presença do Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio. É desta forma que estão sendo tratados os trabalhadores paranaenses.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulta a Liderança do PDT se fará no do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvimos atentamente os pronunciamentos que nos antecederam, a respeito das eleições gerais de 1988. É bem da verdade que cresce a todo o dia neste País o movimento em favor das eleições para Presidente da República logo após o encerramento dos trabalhos da Constituinte.

Mas, Senhor Presidente, uma medida extremamente justa, é a tese das eleições gerais para 1988. Nós não poderemos enfrentar 3 eleições consecutivas, 3 eleições que vão certamente levar o País ao mais fundo poço, mais fundo do que aquele em que hoje se encontra. É um País extremamente pobre, é um País que nem sequer tem estrutura para aumentar o salário dos seus trabalhadores. Realizar eleições, 3 vezes consecutivas, será o caos, será um desastre.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que se vê muito também nos dias de hoje, é a desorganização do Governo, é a desorganização da classe política, enfraquecendo o poder, abrindo espaço para golpes tanto da esquerda como da direita, de forma a violentar o direito do cidadão brasileiro.

Vemos hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo Federal do PMDB, perdido, uma inflação galopante e vemos um arrocho salarial dos maiores já enfrentados pelo trabalhador brasileiro. Ainda há que se registrar que nesse País, a verdade está escondida. Se pública constantemente, índice de inflação irreal. A mentira e o engodo imperam neste País a todo o momento. O aumento do custo de vida é uma realidade. Só não há reajuste salarial, só não há reposição salarial. Enfrentamos um plano econômico que não deu certo, enfrentamos outro plano econômico que também já não deu certo, ao ponto de hoje até políticos que no passado militavam no Governo, virarem as costas ao atual Ministério da Fazenda.

É bem verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Governo José Sarney

não merece crédito, não merece confiança. A classe política que o acompanha tem o maior índice de rejeição popular de todos os tempos.

E qual a solução para se iniciar a retomada da saída da crise?

Qual é a coisa que deve ser implantada nesse País, se é que se pode denominar de "coisa" a ato tão importante que é a eleição.

Qual é o caminho Senhor Presidente, e qual é o caminho Senhores Deputados? O Brasil enfrenta a sua pior crise política e econômica desde o seu descobrimento. Nunca o País mergulhou tão fundo numa crise.

Eleições livres e diretas em todos os níveis, logo após o encerramento dos trabalhos da constituinte. Essa é a saída verdadeira, essa é a saída real para aqueles políticos que hoje tem assento, principalmente, na Câmara Federal e no Senado Federal, possam ser respaldados pelo voto popular, porque é bem verdade que a última eleição foi fruto de um estelionato eleitoral, foi fruto de um engano apresentado por um plano econômico que não deu certo. Eleições diretas em todos os níveis, de forma, nós repetimos, a dar credibilidade popular ao novo Governo e à nova classe política que vai se implantar nesse País.

Nesse dia, Senhor Presidente, queremos declarar o nosso consentimento, o nosso apoio incondicional para as eleições em todos os níveis no próximo ano, pois quem tem medo de enfrentar uma eleição nova, é porque não confia mais no seu eleitorado. Esta é a única forma de fazer com que o povo realmente julgue o que está certo e o que está errado.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.
(Declina).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa a presença do suplente de Deputado Estadual Renato Adur, que nos honra com a sua visita.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência agradece a presença do suplente de Deputado, que muito nos honra com sua visita.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

(Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Eze-

quias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O dia de ontem foi um dos mais significativos para o Partido Liberal, pois, realizou-se no Plenário do Senado da República a sua primeira Convenção Nacional, com as presenças dos delegados eleitos recentemente em quase todos os Estados da Federação.

Ali comparecemos juntamente com o ex-Deputado Federal Luiz Fayet, representante do Estado do Paraná e o seu diretório regional.

Levamos aos nossos companheiros propostas de trabalho e ouvimos as que foram apresentadas por vários líderes de outras regiões do nosso País, notadamente do Deputado Federal Afif Domingos, que fez um retrospecto histórico dos mais raros para chamar atenção de todos os presentes junto ao relevante papel que deve ser cumprido pelo Partido Liberal.

E na oportunidade, com muita honra, este parlamentar foi distinguido juntamente com o Vereador Horácio Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, com a eleição para compor, como membros, o Diretório Nacional do Partido Liberal.

Encerrados os trabalhos de votação, foi eleita a primeira comissão Executiva Nacional em termos definitivos, confirmando-se por unanimidade, para a presidência do partido, o nome do Deputado Federal Álvaro Vale. Um fato digno de nota foi a presença e a palavra vibrante de Ministros de Estado, de dirigentes e líderes partidários de quase todas as agremiações, que foram levar a Álvaro Vale e a todos os integrantes do Partido Liberal, a palavra de reconhecimento e regozijo pelo histórico acontecimento.

O segundo assunto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que me traz à tribuna é relacionado com a luta que os agricultores paranaenses estão enfrentando no que diz respeito a reabilitação da crise que está consumindo e sucumbindo a força agropecuária paranaense.

Para evitar isso, queremos enfatizar mais uma vez que é necessário o apoio do Governo, não na condição de interventor nos assuntos econômicos, mas de gestor de apoiador, para que assim possamos alcançar resultados mais satisfatórios. E, em termos de Paraná, indicamos a importância da ação do Governo Estadual, especialmente, eis que, não contamos, lamentavelmente, em Brasília, com uma representação expressiva nesta área. É preciso procurar e incentivar novas alternativas, e através da pesquisa agropecuária e da extensão rural, seguir o verdadeiro caminho do desenvolvimento e da capitalização do setor. A ne-

cessidade maior é o trabalho junto às pequenas propriedades, que da forma como está sendo conduzida a economia, brevemente deixarão de existir, formando novos contingentes de sem-terra.

Senhor presidente, Senhores Deputados, o Paraná possui solo fértil, um dos melhores do País, e um povo trabalhador. Não seria justo para com a natureza desperdiçar este potencial. E se as culturas hoje plantadas não apresentam rendimentos suficientes nem para cobrir os custos de produção, então, Senhores Parlamentares, devemos buscar outras alternativas, principalmente para com as pequenas propriedades. A citricultura é um exemplo. Hoje a produção de laranja, no Estado, já provém de forma predominante de pequenas propriedades, mas ainda, é uma produção muito baixa, pouco mais de 1 milhão e 300 mil caixas, contra um consumo do produto, in natura, de quase 2 milhões de toneladas. E, é importante citar que em 1980, durante o último censo, constatou-se que 86% da produção de laranjas do Estado ocorreu em lavouras com área menor do que um hectare. Senhores, se em 1980, quando a situação da agropecuária ainda não era tão caótica o quadro se apresentava desta maneira, é porque a produção de laranja era e continua sendo um negócio lucrativo. Se o Governo do Estado propiciar apoio através de crédito rural facilitado, com pelo menos 5 anos de carência, os produtores poderão implantar os seus pomares sem maiores dificuldades, pois podem ter culturas anuais intercaladas, reduzindo o saldo negativo. Mas, para isso é preciso se estruturar. Hoje, temos no Paraná apenas 9 viveiros de mudas credenciados pela Secretaria da Agricultura, e apenas um, em Morretes, com capacidade para 100 mil mudas, quando o Governo tem estruturado o corpo técnico até para produzir mudas através do ITCF.

Caso esta medida não seja adotada, o produtor estará importando mudas de outros Estados, de origem duvidosa, pondo em risco as nossas áreas de plantio, já castigadas pelo cancro cítrico, e que, recentemente, foram liberadas pelo Ministério da Agricultura.

Para ilustrar a importância da citricultura, quero lembrar aos nobres Parlamentares que, em São Paulo, onde se concentra a maior produção do País, pequenas propriedades de 10 anos atrás, hoje se transformaram em grandes propriedades que proporcionam lucratividade e bem-estar aos agricultores e às suas famílias. Por que o paranaense não tem direito à esta fatia de mercado, que ainda está aberto? Vamos produzir e desenvolver o meio rural de forma racional, e para isso, no entanto, precisamos de uma maior sensibilidade do Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Consulto a Liderança do PFL se fará uso de seu horário.

Declina.

Havendo declinado, encerramos o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 30 de novembro, às 17 horas, a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Paranaense ao Senhor Teobaldo Vitório Machado. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente.

diente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei nº 267/87. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 97/85. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, com apoio do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 150/87. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 267/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 86/87), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 114, de 13.10.87, Mensagem).

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que cria o Município de NOVA TEBAS, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 97/85

P A R E C E R:
O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tem por finalidade a criação do município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga e divisas do atual Distrito Administrativo.

Analisando o projeto, temos que o mesmo atende às documentações exigidas pela Lei Complementar n. 1/67, inexistindo óbice de natureza regimental que possa impedir a sua tramitação nesta Casa.

Pela documentação enviada pela Câmara Municipal e Prefeitura de Pitanga, que concordam com a criação do novo Município, alguns pontos das divisas foram alterados, razão porque apresentamos as novas divisas no incluso Substitutivo Geral.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 97/85

SUBSTITUTIVO GERAL

Súmula: Cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga e divisas do atual Distrito Administrativo.

Art. 1.º - Fica criado o Município de NOVA TEBAS, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia-se na foz do Lageado do Braz, no Rio Muquillão; descendo no rio Muquillão, até a foz do Rio Corumbataí, confronta-se o novo município com os Municípios de Roncador e Iretama; subindo o rio Corumbataí, faz divisas com os Municípios de Jardim Alegre, Ivaiporã e Manoel Ribas, até quando esse rio recebe as águas do Rio Jacutinga, a partir daí confronta-se com o Município de Pitanga; continuando a subir pelo rio Corumbataí, até o mesmo encontrar a foz do rio Taquaruçu, quando segue pelo mesmo até a foz do Rio Chupador; segue por esse até sua cabeceira, daí por uma estrada lateralmente à rede de Itaipu, seguindo pela estrada que liga Rio Vorá a Alto Mirante e Alto Mirante a Bela Vista, onde se localiza a cabeceira da Água do Lageado do Braz e, descendo até a sua foz encontramos o ponto de partida."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.06.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI N. 97/85

P A R E C E R:
O Projeto de Lei n. 97/85, ora em exame, visa a criação do Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga.

A matéria em questão é regulamentada pela Lei Complementar n. 1, de 09 de novembro de 1967, que estabelece os requisitos mínimos para a criação de novos Municípios. E, sob estes aspectos o projeto já foi analisado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, da qual recebeu parecer favorável, na forma do Substitutivo Geral por ela apresentado.

Encaminhado à apreciação desta Comissão de Terras, nos parece que, pela própria natureza da matéria, aqui só cabe a análise do seu aspecto territorial. Sob este prisma nota-se que a proposta ora em apreço, embasada no Substitutivo Geral da C.C.J., apresenta memorial descritivo da área a ser emancipada diverso do apresentado pelo Projeto original, porém este fa-

to não constitui empecilho à normal tramitação do projeto, uma vez que coincide com o memorial fornecido pelo IBGE, das divisões do Distrito de Nova Tebas; havendo, também, concordância da Prefeitura e da Câmara Municipal de Pitanga, com a criação do nosso município, com área desmembrada de seu território.

Além dos aspectos acima abordados, deve ser considerado também que houve manifestação plebiscitária favorável da população residente na área a ser desmembrada, conforme mapas do Tribunal Regional Eleitoral em anexo.

Nestas condições e considerando o exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando pela aprovação do Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) DOMINGOS SCARPELLINI - Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 150/87, de autoria dos Deputados NELSON VASCONCELLOS e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que denomina Senador Flávio Carvalho Guimarães, a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa-Castro-Piraí do Sul-Jaguariaíva-Sengés. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. n. 80, de 10.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 150/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria dos nobres Deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, tem por finalidade denominar "Senador Flávio Carvalho Guimarães" a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa-Piraí do Sul-Jaguariaíva-Sengés.

Analisando o projeto, verificamos tratar-se de matéria que atende plenamente os preceitos legais e constitucionais que regem o assunto.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
GERNOTE KIRINUS - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N. 150/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Nelson Vasconcellos e Djalma de Almeida César, tem por finalidade denominar "Senador Flávio Carvalho Guimarães" a Rodovia PR-151, que liga Ponta Grossa - Castro - Piraí do Sul - Jagua-

riaíva-Sengés.

A matéria já recebeu o necessário e indispensável parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o mérito, entendemos que nada existe que impeça a tramitação da matéria.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.10.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

ACYR MEZZADRI - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a retirada da ordem do Dia de hoje, da 1.^a Discussão do Projeto de Lei n. 150/87, pelo período de quinze dias. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)

Entende este Parlamentar que se há um requerimento de Regime de Urgência a uma determinada matéria, e, se é dispensada das Comissões, não me parece ser válido Pedido de Adiamento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta

Presidência deixa de receber o presente requerimento, com base no parágrafo único do artigo 177 do Regimento Interno.

Em discussão o Projeto de Lei n. 150/87.

Em votação. - Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 129/87, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que denomina Escola Estadual MARIA FLORA SCARAMELLA MOREIRA - Ensino de Primeiro Grau, a Escola Estadual do DER, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 77, de 03.08.87).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 171/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL DR. TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, com sede e foro em Guarapuava. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 85, de 18.08.87.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 182/87, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI, do Distrito de Yolanda, Município de Ubiratã. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 86, de 19.08.87.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 186/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ROCHA LOURES - ACROL, com sede e foro no Município de Guarapuava. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 87, de 24.08.87.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 193/87, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná aos Irmãos LAFAYETTE QUEIROLO e RICARDO QUEIROLO. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 90, de 27.08.87.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 194/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE IPORÃ - API, com sede e foro no Município de Iporã. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 90, de 27.08.87.)

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 247/87, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 84/87), encaminhando orçamento plurianual de investimentos relativo ao triênio 1988-1990. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 55/87, (Mensagem n. 61/87, ex-Proposição n. 61/87), que aprova o Convênio n. 262/86, celebrado em 23.10.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto PRÓ-CRIANÇA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 85, de 18.08.87, Mensagem).

2.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 250/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor TADASHI INGUE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

3.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Resolução n. 64/87 (Mensagem n. 65/87, ex-Proposição n. 64/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e seu Departamento de Estradas de Rodagem, de um lado, e de outro lado a Universidade de São Paulo, no interesse da Escola Politécnica da U.S.P., e seu Departamento de Engenharia de Transportes, objetivando estabilização de Solos Argilosos Lateríticos com Cal e Cimento. - Aprovado, artigo por artigo.

1.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n.

118/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública o CENTRO BENEFICENTE DOS FERROVIÁRIOS DA RFFSA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 51/86, de 28.05.86)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 118/86

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre deputado Djalma de Almeida César, visa declarar de Utilidade Pública o Centro Beneficente dos Ferroviários da RFFSA, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, encontrando-se devidamente justificado e em consonância com os requisitos estabelecidos pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Por essa razão, não vemos óbices para sua normal tramitação por esta Casa de Leis, merecendo, conseqüentemente, favorável parecer desta Comissão.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a **DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei n. 226/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 78/87), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1.º da Lei n. 8470, de 30 de março de 1987, mantendo-se inalterado o caput. (As operações de crédito de que trata este artigo destinar-se-ão à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividade da COPEL, bem como ao refinanciamento ou rescalonamento da dívida externa da COPEL. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Public. no D.A. n. 98/87, de 15.09.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 226/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n. 78/87, visa dar nova redação ao parágrafo único, do Art. 1.º, da Lei n. 8470, de 30.03.87 (cópia em anexo).

A nova redação que se propõe à aludida lei, restringe-se unicamente à substituição das expressões "programas de investimentos" contidas na parte final do mencionado parágrafo, por "outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou rescalonamento da dívida externa da COPEL."

devidamente justificado e consonante com o preceituado pelos artigos 25, § 1º, 35 e 47 da Constituição Estadual, não encontramos óbices quando seus aspectos legal e constitucional que possam obstar sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 226/87

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 78/87, o projeto de lei em questão, tem por finalidade dar nova redação ao parágrafo único do art. 1º, da Lei n. 8470, de 30.03.87.

"Parágrafo único- As operações de crédito de que trata este artigo destinar-se-ão à obtenção, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento e rescalonamento da dívida externa da COPEL."

A nova redação, objeto da medida proposta, restringe-se apenas à substituição das expressões "programas de investimentos" contidas na parte final do mencionado parágrafo, por "outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento ou rescalonamento da dívida externa da COPEL."

Esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, observa que o processado encontra-se devidamente justificado e em consonância com os artigos 25, § 1º, 35 e 47 da Constituição Estadual, não havendo pois óbices quanto aos seus aspectos legal e constitucional que possam frustrar a sua tramitação normal.

Nestas condições, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator. Em votação.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) Para discutir concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Nilton Barbosa - (Pela Ordem) - Senhor Presidente e matéria tinha sido aprovada, ele está encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência esclarece que no momento em que estava dando como aprovada a matéria, o Deputado Algaci Túlio pediu para discuti-la.

O Sr. Nilton Barbosa - Então é para encaminhamento.

O Sr. Algaci Túlio - Não. É para discutir. Foi dentro do horário previsto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir ou encaminhar a votação.

O Sr. Algaci Túlio - Para discutir Senhor Presidente, dentro do horário normal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para discutir, evidentemente, está com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós discutimos hoje em primeira discussão o Projeto de Lei que objetiva alterar o Parágrafo Único do Artigo 1º da Lei n. 8.470 de 30 de março de 1987. Eu falei 30 de março de 1987. E vejam, Senhores Deputados, pretendem modificar uma Lei aprovada por esta Casa há apenas 7 meses, pelos meus cálculos. Posso até estar enganado, mas eu falei março e nós estamos em novembro, exatamente 7 meses, já se procura alterar uma lei aprovada este ano nesta Casa. Foi um dos primeiros projetos aprovados por esta Casa e, se não me engano, até foi o primeiro de importância após aquele Projeto da dívida da Cidade Industrial de Curitiba, me parece exatamente que após aquele Projeto este, da Lei n. 8.470, foi o segundo Projeto de interesse discutido nesta Casa. E vejam os Senhores, Projeto de iniciativa do Executivo, mas que foi pelo Executivo aprovado, só que não vem ao caso, pois o que me preocupa também é a afobação com que as coisas são feitas, às vezes.

Quando esse Projeto ora em discussão, lembram-se bem Vossas Excelências, de 30 de março de 1987, que estava em discussão, lembram-se Vossas Excelências que nós lutamos para mostrar os vícios e os perigos da aprovação do Projeto que transformou-se na Lei n. 8.470. E por que naquela ocasião nós nos batemos discutindo este Projeto? Porque, Senhores Deputados, representava ele o autêntico cheque em branco. O autêntico cheque em branco que esta Casa passava ao Senhor Governador do Estado. E foi até motivo de comentários pela imprensa, de editorial em determinados órgãos de comunicação do Estado, e que focalizaram

exatamente, quando nós falávamos daqui desta tribuna, que passávamos um cheque em branco a Sua Excelência, o Governador do Estado. Não que não confiássemos em Sua Excelência, mas a Assembléia abria mão das prerrogativas dos Senhores Parlamentares, assinando por antecipação o cheque em branco a Sua Excelência o Governador.

E dizíamos, também, que o Projeto merecia um estudo mais acurado, que merecia uma atenção maior, para que esta Casa não transferisse suas prerrogativas ao Executivo, não entregasse de mão beijada as coisas para o Executivo. Encarecíamos que as grandes decisões, que os grandes projetos, que as grandes iniciativas tomadas por Sua Excelência, o Governador, viessem para discussão nesta Casa, para que não ficássemos aqui apenas discutindo aprovação de Projetos de utilidade pública, de nome de rodovia, de título de cidadão honorário e outras coisas. Não que não tenham valor, mas, para que afinal de contas essas outras matérias que necessitariam de uma discussão mais ampliada, nesta Casa, viessem para a própria valorização deste Plenário.

Vejam os Senhores Deputados, que em menos de 7 meses, a Lei aprovada por esta Casa, apesar do nosso alerta, volta hoje para ser discutida mais uma vez. Vejam bem, passados 7 meses, já se faz necessária a alteração dessa Lei. E vejam Senhores Deputados, o que diz o chefe do Executivo: "A modificação a que visa o Projeto ora proposto restringe-se unicamente à substituição de expressão, programas de investimento contida no aludido parágrafo, por outros programas e atividades. A necessidade e conveniência de tal alteração mostra-se justificável em decorrência do caráter excessivamente restritivo daquela primeira expressão, a qual, segundo se verificou posteriormente à aprovação do anteprojeto que deu origem à Lei em questão, se mantida poderia inviabilizar a prestação de contragarantias pelo Estado, relativamente a operações a serem garantidas pelo Governo Federal, e cuja destinação dos recursos não se enquadre no conceito tecnicamente restrito de investimento que é traçado, em linhas gerais, no inciso 4º, do Artigo 12, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Dentre essas operações se incluíam, por exemplo, as destinadas a obtenção de capital de giro, ou ao atendimento das parcelas de "holding", de principal e de serviço da dívida, previstas na revisão do plano de recuperação do setor de energia elétrica, para o período de 1986 a 1990, aprovado pelo Senhor Presidente da República, em 15 de janeiro do corrente ano".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Depu-

tados, esta é a prova do que então nós afirmávamos. Mas, lamentavelmente, quer me parecer que, se aprovamos este Projeto, mais uma vez estaremos abrindo mão de nossas pouquíssimas prerrogativas legislativas.

Vejam os Senhores que, simplesmente troca-se a expressão: "Programas de Investimentos" para "Outros Programas e Atividades".

Ora, é evidente que vamos aumentar o leque de permissões, para que possa o Executivo ampliar livremente, quando da prestação de garantias à operação de crédito.

E essa Casa não vai ter condições de saber no que se vai, ou como se vai aumentar a dívida do Estado. Esta é a nossa preocupação.

Então, vejam, Senhores Deputados, que nesta 1ª. Discussão se discute a legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Lei. Vejam o que diz, por exemplo, o parecer da comissão de Constituição e Justiça desta Casa: "O Projeto de Lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental 78/87, visa dar nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei n. 8.470 de 30 de março de 1987", conforme nós já abordamos aqui, Lei aprovada por nós nesta Casa." A nova redação que se propõe à aludida Lei restringe-se unicamente à substituição das expressões "programas de investimentos" contidas na parte final do mencionado parágrafo por outros programas e atividades da COPEL, bem como ao refinanciamento, o reescalonamento da dívida externa da COPEL, devidamente retificado e consoante com o preceituado pelos arts. 25, § 1º, 35 e 47 da Constituição Estadual. Não encontramos óbices quanto a seus aspectos legal e constitucional que possam obstar a sua normal tramitação".

Então, vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados a Constituição do Estado, dispondo sobre "Das Atribuições da Assembléia Legislativa" no art. 21, quando se refere a empréstimos, operações ou acordo externos de qualquer natureza, preceitua, segundo o art. 21 - eu peço a atenção dos Senhores Parlamentares - que diz "Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, autorizar empréstimos, operações ou acordos externos de qualquer natureza". Ora, esse Projeto é flagrantemente inconstitucional; é ilegal porque tira as prerrogativas do Legislativo de autorizar procedimentos seus, próprios do Legislativo. Mais uma vez vamos dar ao Executivo o que de direito, por direito constitucional, nos pertence. É exatamente para este ponto que nós queremos chamar a atenção dos Senhores Parlamentares.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência

me permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado Algaci Túlio, certamente deve ser o dia de hoje preocupação de todos os integrantes desta Casa, preocupação esta trazida por Vossa Excelência à tribuna, no que faz muito bem, chamando a atenção para algo que, talvez no entrevero desta pauta, poderia passar despercebido, mas que realmente coloca em discussão, coloca em xeque uma questão política fundamental. Nisso eu concordo com Vossa Excelência: ela traduz a real intenção de um Governo que nós temos, que se julga muitas vezes dono da razão, dono da verdade e que préjulga o Parlamento, este Parlamento como algo descartável.

Mas no começo do ano, no começo do nosso mandato legislativo, discutimos e aprovamos profundamente o Projeto, que as oposições discutiram de todos os ângulos o Projeto de autorização para contrair US\$ 700 milhões de dólares de empréstimos externos. Certamente a Bancada Governista nesta Casa não deu maior importância à preocupação desta Bancada Oposicionista ou das Bancadas Oposicionistas. Agora estamos vendo aqui um Projeto para dar uma nova redação àquilo que já tinha sido sacramentado pela maioria nesta Casa. E Vossa Excelência muito bem traz essa preocupação, porque nesta nova redação não está expresso a vontade e o porquê do contido neste Projeto de Lei.

E eu queria indagar a Vossa Excelência e especialmente ao Líder da Bancada Governista, que deveria usar a tribuna certamente para expor os motivos reais, o porquê da mudança desta expressão. Porque eu, certamente, posso entender quando se altera a substituição da expressão "programas de investimento" por "programas de atividades da COPEL", eu certamente posso entender que aprovando nós estaríamos autorizando o Senhor Governador do Estado a contrariar empréstimo, não para construir a Usina de Salto Segredo, mas sim para fazer propaganda através dos programas da COPEL. Como nós vemos na Secretaria da Comunicação Social, o Governo do Estado do Paraná institui recursos na administração direta e na administração indireta, que tem os seus programas de fazer propaganda e vender uma boa imagem de um governo que governa pela mídia e pela televisão.

Portanto, é de se perguntar! Como Vossa Excelência está fazendo. Então, antes de aprovar eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência, que usa essa tribuna para questionar essa alteração de redação, a sua constitucionalidade, o seu mérito. Isso acho que é prerrogativa desta Casa, mas também gostaria de indagar aos representantes governistas para que eles coloquem nos argumentos o porquê se procura alterar

a redação. Não estou vendo necessidade de alterar a redação daquilo que já foi sacramentado por esta Casa.

Muito obrigado Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência, complementa a minha preocupação. Na verdade, não sabemos quais os tipos de outros programas e atividades, o que é que representa isto, na verdade que se pretende aprovar, porque além de ser inconstitucional ainda nos não vem esta Mensagem com mais detalhes para que possamos saber do que tratam estes outros programas e atividades da COPEL.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós em primeira discussão, pela legalidade, pela constitucionalidade, já que esta é a 1.ª Discussão, nós votamos contrário a este Projeto, pela sua ilegalidade já verificada quando da aprovação do Projeto que hoje se quer modificar.

E lamentamos, mais uma vez, e chamamos também a atenção da Mesa Executiva, de que esta Casa foi mais uma vez apanhada de surpresa quando se vê na pauta da Ordem do Dia colocado um Projeto de tamanha evergadura e que não se utiliza mais, ou pelo menos se utiliza quando a Executiva deseja, uma pauta daqueles projetos, daquelas mensagens que chegam à Casa e que futuramente virão à Plenário para discussão. Então isso também nos causa estranheza quando, de repente, numa segunda-feira se coloca um Projeto de tamanha importância a ser discutido por esta Casa, sendo que, nós parlamentares não tivemos o tempo suficiente para estudá-lo e tivemos que correr durante o almoço para nos preparar uma análise com nossas assessorias técnicas para que nos orientassem a respeito desta matéria, de fundamental importância.

Repito, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que, no nosso ponto de vista na nossa análise à primeira vista, nesta 1.ª Discussão, votamos em contrário, em função da flagrante ilegalidade deste Projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Continua em discussão o Projeto de Lei n. 226/87.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.

O Deputado Algaci Túlio, referindo-se à 1.ª Discussão do Projeto de Lei n. 150/87, fez referência ao seu aspecto constitucional. Regimentalmente, é dispositivo que orienta esta Casa que nesta oportunidade se discuta o aspecto constitucional da proposição. Abordado que fora,

embora rapidamente, por falta de tempo, conforme disse o Senhor Deputado. Daí, Senhor Presidente, por este Deputado tem sido solicitado reiteradas vezes à Mesa que matéria desta importância, ou pelo menos as mensagens do Senhor Governador, que se as inclua na Ordem do Dia sem antes pertencer à página da pauta da próxima Ordem do Dia, para não acontecer este fato de que as Bancadas serem aqui surpreendidas com matéria desta natureza, desta relevância.

Mas mesmo sob o aspecto, não só sob o aspecto constitucional, mas também sob o mérito, gostaria de deixar aqui, em rápidas palavras algumas considerações. O assunto é da maior gravidade. O Deputado Pedro Tonelli, também sucintamente, disse o seguinte, que votada esta mensagem, o Projeto de Lei, conforme pede Sua Excelência o Governador, que simplesmente, numa rápida leitura, deu para se observar que ele altera totalmente o Projeto de Lei. Aliás a Lei n. 8.470, no seu parágrafo 1º, e no artigo 1º, também.

Esta Casa aprovou, a pedido do Chefe do Executivo, a autorização para que se contraissem empréstimos até US\$ 700 milhões de dólares para construção de Salto Segredo e para outras obras da COPEL. Aliás, esta menção de US\$ 100 milhões para outras obras da COPEL não fazem parte da Lei. Portanto, ficam o Chefe do Executivo e a COPEL não fazem parte da Lei. Portanto, ficaram o Chefe do Executivo e a COPEL autorizados, ou a COPEL autorizada a aplicar US\$ 700 milhões de dólares em Segredo, na Usina Segredo e em outras obras. A Lei não diz que apenas US\$ 100 milhões de dólares em outras obras. Portanto, poderiam em outras obras ser aplicados mais de US\$ 100 milhões de dólares e menos ou mais de US\$ 100 milhões de dólares em Segredo.

Agora, Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, a proposta que faz o Senhor Governador, através do Projeto de Lei 226/87, permitam-me ler o Parágrafo Único: "as operações de crédito de que trata este artigo detinar-se-ão à obtenção junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e a execução de outros programas e atividades da COPEL", aqui é que vem, "bem como ao refinanciamento ou rescaloamento da dívida externa da COPEL".

Senhor Presidente, quanto nos pede o Senhor Governador do Estado para autorizá-lo a remanejar, ou rolar a dívida em dólares da COPEL? US\$ 100 milhões? Quanto deve a COPEL em dólares já vencidos? US\$ 100 milhões, 200 milhões, 300 milhões? Quanto? Quanto, após votado o Projeto de Lei e em vigência a lei em decorrência do

Projeto, ficará digo, quanto aplicará a COPEL nas obras de Segredo? Us\$ 700 milhões, 100 milhões. Não estará, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Governo do Estado e conseqüentemente, a COPEL, obrigados pela lei em aplicar importâncias previamente estabelecidas na lei, embora tenhamos nós certeza ou a esperança e a confiança que o Governo do Estado aplique bem e gerencie bem, porque US\$ 700 milhões de dólares são muitos dólares para um Estado que já não está pagando os juros da sua dívida. A arrecadação já está quase toda ela destinada ao pagamento de seus funcionários públicos.

Daí a nossa preocupação com a esperança de que esses US\$ 700 milhões sejam bem aplicados pela COPEL. Entretanto a Assembleia Legislativa, todos nós, Deputados, de todos os Partidos, e a população paranaense precisamos saber, com mais clareza, quanto dinheiro esta Casa está autorizando para a COPEL rolar as suas dívidas. Quanto deve a COPEL? Faz menção clara e insofismável o Sr. Governador na sua Mensagem, quando diz que por lei federal, tecnicamente, esses US\$ 700 milhões de dólares, em função da Lei n. 8.470, tem designação específica para investimento, quer dizer, para as obras de Segredo e outras da COPEL.

Assim este Deputado entende que a votação dessa matéria de tamanha relevância não pode ocorrer sem uma explicação, sem um documento do Governo do Estado, da COPEL, sem esclarecimentos da Liderança do Governo, para orientação e posicionamento dos Senhores Parlamentares para votarem esta matéria.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos)
Continua em discussão o Projeto de Lei 226/87. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Acompanhamos atentamente os nobres Deputados que discutiram a matéria e queremos na oportunidade, Senhor Presidente, registrar que a Mensagem do Governador Álvaro Dias infringe o Artigo 21, Inciso 8º, letra "d" da Constituição Estadual. Primeiro, porque não descreve o valor das operações externas que serão realizadas para suprir as necessidades da COPEL. Por outro lado, também mistura aquilo que foi aprovado através da Lei n. 8.470, de março de 1.987.

Senhor Presidente, esse projeto, essa mensagem do Governador, ela não melhora em nada a lei já apresentada, já aprovada. Ela confunde muito mais ainda, porque tudo indica e já foi bem dito anteriormente que

nós não sabemos qual a destinação do total do dinheiro, do total dos dólares que serão aplicados na hidrelétrica de Salto Segredo. Também não sabemos se haverá extrapolação dos limites de 100 milhões para outras atividades da Copel.

Por isso, Senhor Presidente, a matéria é inconstitucional. Por essa razão também, Senhor Presidente, nós queremos deixar claro que nós somos favoráveis à rolagem da dívida, de qualquer dívida externa, principalmente externa, que o País ou o Estado do Paraná deva fazer, mas há necessidade também de se fazer uma auditoria nesse Paraná, para se saber realmente quanto deve o Governo do Paraná, quanto devem as estatais paranaenses, para, depois, estabelecer um programa global de renegociação da dívida.

A autorização que a Assembléia Legislativa concedeu ao Governo do Estado, com o voto da maioria do PMDB, não deixou limites, não deixou sequer conhecimento desta Casa para tais liberações.

Por isso Sr. Presidente, nós queremos registrar o nosso voto contrário à mensagem do Governador de n.º 78/87 que visa alterar a Lei n.º 8.470, tão somente pela escuridão que ela traz; tão somente pela sua inconstitucionalidade, uma vez que a Assembléia Legislativa tem poder e tem o direito e a obrigação de fiscalizar todas as operações externas do Governo e das estatais.

Era só Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Continua em votação o Projeto de Lei 206/87. Aprovado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) Requeiro a verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos) A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (José Rogério Carvalho) Termina a Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Vinte e oito Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação. A Mesa vai proceder à verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados aprovam.

Dois Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação, somente para

prosseguimento da sessão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 56/87 (Mensagem n.º 62/87- ex-Proposição n.º 62/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n.º 87/87, celebrado em 24.03.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, e o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 57/87 (Mensagem n.º 64/87 ex-Proposição n.º 63/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova cópia autêntica do termo aditivo n.º 01 de retificação e ratificação do convênio 80/86, celebrado entre a SUDESUL e o Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral com interveniência da SEDU e SUCEAM, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 60/87 (Mensagem n.º 69/87, ex-Proposição n.º 67/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n.º 11, celebrado em 11.07.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a concessão de recursos para serem aplicados na melhoria do Sistema Hidroviário, nas ligações entre Guaraqueçaba, Barra do Ararapira, Barra do Superagui, Ilha das Peças, Superagui, Rasa e outras. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Dietzsch, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Renê Gomes Nápoli, ocorrido no dia 03 de novembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Vereador Avelino Antunes Correia, ocorrido no dia 08 de novembro do corrente ano, no Município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa vai proceder à verificação de votação, mas no próximo requerimento, porque aquele já é matéria vencida.

O SR. PEDRO TONELLI - Mas eu pedi verificação de votação em tempo hábil. Houve uma declaração de que não havia quorum para deliberação, como está sendo deliberado?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Voto de pesar não necessita de "quorum".

O SR. PEDRO TONELLI - Retiro o pedido de verificação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo uma relação nominal dos atuais professores concursados no Município de Marechal Cândido Rondon. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, encarecendo manifestação desta Casa favorável às eleições diretas e gerais em 1988. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, encarecendo manifestação desta Casa favorável à Manutenção do atual Regimento Interno de Constituinte e de repúdio às tentativas de golpe branco contra a mesma. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao ato do Capitão Luiz Fernando Walther de Almeida que tomou de assalto a Prefeitura Municipal do Município de Apucarana. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de mensagem congratulatória ao Senhor Secretário da Cultura e ao Jornalista Wilson Bueno, pela publicação da última edição do periódico "Nicolau". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de mensagem congratulatória à Igreja Cristianismo Decidido pelo trabalho que está realizando junto às comunidades indígenas paranaense Guarano e Caingang. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição dos Anais desta Casa, do artigo "O Brasil Atropelado", de autoria da economista Eliane A. Cardoso, publicado no jornal "Folha de São Paulo". Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Chefes da Casa Civil e Militar da Presidência, à Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, ao Ministério da Aeronáutica e Estado Maior das Forças Armadas, solicitando encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei beneficiando aos ex-combatentes Especialistas da Aeronáutica, portadores da Cruz da Aviação e outras categorias de ex-combatentes, nos termos do Projeto de Lei nº 156. Encerrada a discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem).

Senhor Presidente, ao que se nota, na Casa não há número legal para prosseguimento da sessão. Solicito de Vossa Excelência, verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - A Mesa defere. O Senhor 1º Secretário procederá à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, tão somente eu solicitei verificação de "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Esta Presidência informa ao nobre Deputado que não está havendo votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, apenas para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Somente através de Chamada Nominal.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, retiro a solicitação de verificação de "quorum".

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Cultura, viabilizando a fundação de Bibliotecas Públicas, na forma do artigo 110, inciso XI, da Carta Magna Estadual, nas cidades com mais de 50 mil Habitantes. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, encarecendo o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Brasil, encarecendo a criação de uma Agência do citado banco, no Município de Três Barras do Paraná. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI -(Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESEADO, encarecendo a imediata liberação dos financiamentos aos compradores das casas do conjunto residencial Açucena, desta Capital. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Agricultura, da Fazenda, Senadores pelo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, Governadores, Deputados Federais e Secretários da Agricultura dos Estados acima mencionados, encarecendo gestões no sentido de que o trigo "Triticale", seja incluído no Monopólio do Trigo previsto no Decreto Lei nº 210/67. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministros da Educação e do Planejamento, encarecendo a inclusão da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, mantenedora do Hospital e Maternidade Santo Antônio, do Município de Piraí do Sul, dentre aquelas que serão beneficiadas com verbas federais, no ano de 1988. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Xanbrê. - (Encerrada a discussão).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Pérola. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Assis Chateaubriand. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Jesuítas. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Formosa do Oeste. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Maria Helena. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Cidade Gaúcha. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Nova Olímpia. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a inclusão, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas, do Município de Douradina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Coral do Colégio Estadual do Paraná, pela passagem do 30º aniversário de sua fundação. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expe-

diente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a instalação de uma escola de Primeiro Grau, no Jardim Guarujá, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a criação de ensino de Segundo Grau, no Jardim Dona Laura, no Município de Campo Mourão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da nota oficial publicada no jornal "O Paraná", sob o título "Prefeitos do Sudoeste protestam contra divisão em duas associações." Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu solicito a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que faça a leitura do requerimento.

(É lido o requerimento).

Em discussão. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e a todos os Desembargadores, Procurador Geral da Justiça, Prefeito Municipal, Vereadores e Membros dos Diretórios dos Partidos Políticos de Dois Vizinhos, encarecendo a elevação de entrada inicial para entrada intermediária da Comarca de Dois Vizinhos. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lôbo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo isonomia salarial para os servidores estatutários dentro do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde - SUDS. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, pedindo a designação de uma sala, para que a Comissão de Luta pelos Direitos dos Deficientes Auditivos - Regional do Paraná, possa se instalar. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Senhor Reitor da Universidade Estadual de Londrina, pela contratação do Professor Márcio José de Almeida, aprovado em concurso público realizado recentemente pela UEL. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do artigo "Porque saí do PMDB", de autoria do Senador Afonso Camargo, e publicado na "Folha de Londrina". Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu solicito a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Esta Presidência solicita ao Senhor 1º Secretário que faça a leitura do requerimento.

(É lido o requerimento).

Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a interligação dos Centros de Processamentos de Dados, do Banco do Brasil S/A dos Municípios de Maringá e Londrina. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado de São Paulo, encarecendo a instalação e funcionamento da Usina de Reciclagem de Lixo do Município de Diadema, naquele Estado. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente solicitando voto de louvor, à Professora Gracita Gruber Marcondes, pelo lançamento do livro "A Igreja em Guarapuava - Antes e após a criação da Diocese", em homenagem ao Jubileu Sacerdotal de Dom Frederico Helmelt, Bispo Emérito do Município de Guarapuava. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional, encarecendo reformas nas construções de diversos núcleos habitacionais do Município de Ponta Grossa, administrados pela COHAPAR. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Receita Federal

e Ministro da Fazenda, encarecendo que os mesmos tomem conhecimento das reivindicações dos Técnicos do Tesouro Nacional. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de um Posto Avançado do referido Banco, no Distrito de Herculanãdia, Município de Umuarama. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a implantação de um Posto Avançado do referido Banco no Distrito de Vila Alta, Município de Umuarama. **Encerrada a discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente. É público e notório, Vossa Excelência melhor do que nós verifica a presença apenas dos Parlamentares, Deputado Pedro Tonelli, Deputado Lindolfo Júnior, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Algaci Túlio, à Mesa, Deputado Domingos Scarpellini, Deputado José Rogério Carvalho e Vossa Excelência num total de 7 Parlamentares. Pelo que eu entendo, Vossa Excelência tem condições, inclusive de encerrar a Sessão neste momento, porque comprova-se que não há "quorum" para continuidade de trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos) A Mesa informa ao Deputado que só pode encerrar mediante chamada nominal e se não houver "quorum", porque o Plenário não está votando nada.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a criação de uma Fundação de Amparo a Microproprietário Agrícola do Estado, com apoio do Ministério da Agricultura. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando a melhoria das condições de segurança, no entroncamento das Rodovias

BR-376 e PR-463, no Município de Nova Esperança. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Educação, pedindo a construção de muro e calçada em toda área que circunda a Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, do Município de Maringá. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, encarecendo a construção de mais duas salas de aula na Escola Estadual Nilson Batista Ribas - Ensino de 1º Grau, da Vila Messias, no Município de Marialva. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria das Finanças, pleiteando a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Alvorada do Sul. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Gazeta Mercantil", pelo recebimento do Prêmio "Maria Moors Cabot 87", na Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Vasconcellos)
Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do editorial intitulado "Quem bateu carteira?", publicado no "Jornal do Estado" edição do dia 27 de outubro do corrente ano. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso dos 190 anos de emancipação política do Município de Antonina. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 26º aniversário do Município de Quatro Barras. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo informações sobre o montante arrecadado através da cobrança da taxa adicional, sobre as custas judiciais, nos exercícios financeiros de 1984, 1985, 1986 e no presente exercício, até o mês de outubro. **Em votação.**

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Concedo, pela ordem, a palavra ao nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito a leitura na íntegra do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do requerimento.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito da nobre Mesa a transcrição desta leitura nas Atas da sessão de hoje da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Vasconcellos) - As notas taquigráficas já o estão fazendo.

Em discussão o requerimento. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Justiça, encarecendo informações sobre o montante repassado pela Secretaria de Finanças, dos recursos provenientes da arrecadação da cobrança da taxa adicional sobre as custas judiciais nos exercícios de 1984, 1985 e 1986 e, no presente exercício, até o mês de outubro. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social, encarecendo informações sobre o valor total já recebido por essa Secretaria, no presente exercício, dos recursos provenientes da cobrança da taxa adicional cobrada sobre as custas judiciais. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Educação, visando reformas na casa do Zelador do Colégio D. Pedro II do Município de Umuarama. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Sr. Secretário da Educação, visando melhorias nas condições físicas e materiais da Escola Estadual Professora Hilda Trautwein Kamal, ensino de 1º grau, do Município de Umuarama. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Paulino José Delazeri, David Chierigate e Pedro Tonelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente, visando a constituição de uma comissão de 5 membros para visitar e acompanhar as famílias de agricultores sem terra nos Municípios de Santa Galo, Teixeira Soares e outros. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pelo 26º Aniversário de emancipação política do Município de Quatro Barras. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do município de Ibaiti. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Ibioporã. **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para terça-feira, dia 10, às quinze horas, para outorga o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendíssimo Arcebispo Dom Geraldo Majela Agnelo.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 226/87 e dos Projetos de Resolução n.ºs 56/87, 57/87 e 60/87.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 97/85 e 250/87.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 118/86 e 150/87.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 179/86.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 12, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 156/86 e dos Projetos de Resolução n.ºs 61/87, 62/87 e 65/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 66/87, 67/87 e 68/87.

Levanta-se a sessão.